

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

OS RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS
DE IGUAPE E CANANÉIA: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DO
TURISMO COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO DAS COMUNIDADES LOCAIS.

VIVIAN QUIBAO PRETTI

Orientador: Prof. Dr. Fadel David Antonio Filho

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Área de Concentração em *Organização do
Espaço*, para obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Rio Claro (SP)
2008

Comissão Examinadora

Aluno (a)

Rio Claro, ____ de _____ de _____

Resultado _____

“Àqueles que são essenciais em minha vida, meu pai e minha mãe”.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao meu orientador e amigo Prof. Dr. Fadel David Antonio Filho, não só pelas horas de orientação deste trabalho, mas por ter me concedido liberdade, demonstrando confiança e amizade, além de muita paciência.

A todos os professores do curso de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da Unesp de Rio Claro, que de alguma maneira, contribuíram para minha formação e conhecimento. Sobretudo ao Prof. Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho e a Prof^a. Dr^a. Bernadete Ap. Caprioglio de Castro, pelo apoio e considerações no desenvolvimento deste trabalho.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro.

Aos funcionários da Prefeitura de Iguape, principalmente aqueles que trabalham no PIT (Posto de Informações Turísticas), ao Leonardo do Prado e a diretora do departamento de turismo do município, Myriam Teresa Fortes; agradeço também à AMOANCA (Associação de Monitores Ambientais de Cananéia), que me concederam muitas informações e materiais para elaboração deste trabalho.

Aos funcionários da Unesp - Rio Claro, representados aqui pela Maíca, Ubirajara e Meire e com muito carinho àqueles que se tornaram meus amigos, Gilberto e Mônica.

A todos os amigos que conheci nesses seis anos em Rio Claro, aos da graduação e os da pós, de maneira especial Marta, Sara, Eliane, Géssika, Davi, Alberto, Gui, Natália, Newton, Carol, Eloísa, obrigado por todos os momentos; os de discussão e troca de idéias, bem como os de descanso e descontração, mesmo longe estarão comigo. Especialmente ao Luiz Henrique que mais uma vez me deu “aquela força” com os mapas.

De maneira muito especial agradeço a Fernanda, Camila, Paula e Yaisa, pelo incentivo, amizade, carinho e paciência, nesses últimos anos de convívio, que apesar de tudo sempre foram muito divertidos! Cacá obrigado pelas opiniões sempre muito proveitosas.

Ao Vandrê, pelo companheirismo, incentivo, por se preocupar mais do que eu com os prazos da dissertação, e por sempre me compreender. Obrigada pelo seu amor, amizade e carinho, sentimentos que lhe estendo igualmente.

Não poderia deixar de render minha eterna gratidão a meus pais, Antonio Vicente e Maria Ermínia, não só pelo apoio financeiro, mas por toda dedicação e incansável incentivo; e também pelas opiniões, considerações e por me acompanharem nas pesquisas de campo deste trabalho, me orientando, muitas vezes com saberes que não se encontram nos livros. Obrigado

por estarem sempre presentes na minha vida de forma tão participativa. Agradeço também aos meus irmãos Vinícius, Vânia e Vitor, que nem sempre tenho a oportunidade de falar, mas que são importantíssimos em minha vida e que mesmo distantes contribuíaam de alguma maneira.

E especialmente a Deus que me concedeu a vida e colocou todas essas pessoas em meu caminho, pois somente com o apoio destas, a realização deste trabalho foi possível.

“O futuro será aquilo que faremos dele, ele não se concretizará da espera...”

Krippendorf

LISTA DE FOTOS

	Página
Foto 1: Valo Grande.....	34
Foto 2: Museu Municipal de Cananéia	41
Foto 3: Igreja de S. J. Batista	42
Foto 4: Rua do Artesanato.....	43
Foto 5: Figueira Centenária.....	43
Foto 6: Píer Municipal	44
Foto 7: Morro São João.....	47
Foto 8: Cachoeira Rio das Minas	48
Foto 9: Réplica do Marco do T. Tordesilhas.....	49
Foto 10: Ilha do Cardoso.....	51
Foto 11: Ilha do Cardoso.....	52
Foto 12: Centro Histórico.....	55
Foto 13: Basílica	56
Foto 14: Fonte do Senhor.....	57
Foto 15: Igreja do Rosário/Museu de Arte Sacra.....	58
Foto 16: Fandango.....	60
Foto 18: Festa de Agosto	61
Foto 19: Artesanato Local.....	62
Foto 20: Citur.....	64
Foto 21: Icapara	65
Foto 22: Entrada da Cidade.....	66
Foto 23: Mar Pequeno.....	67
Foto 24: Trilha do Morro do Espia	68
Foto 25: Mirante do Cristo do Morro do Espia.....	68
Foto 26: Morro do Espia	69
Foto 27: Praia do Leste	70
Foto 28: Costão da Juréia.....	71

Lista de Quadros

	Página
Quadro 1: Class. do motivo da visita (ou viagem) para o turismo receptor	28
Quadro 2: Os estágios da implantação do turismo.....	81
Quadro 3: Diferença entre os segmentos turísticos.....	96
Quadro 4: Impactos potenciais do turismo.....	98

Lista de Figuras

	Página
Figura 1: Mapa de localização dos municípios de Iguape e Cananéia.....	31
Figura 2: Gráfico do ciclo de vida do espaço turístico	82
Figura 3: Opinião dos moradores em relação à atividade turística.....	83
Figura 4: Opinião dos moradores em relação à presença de turistas na cidade..	84
Figura 5: Opinião dos moradores quanto aos benefícios advindos do turismo...84	

SUMÁRIO

	Página
I. INTRODUÇÃO	14
II. MÉTODOS, TÉCNICAS E MATERIAIS.....	17
III. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	19
CAPÍTULO I: O TURISMO	20
1.1. Turismo: Pequeno Histórico	20
1.2. A Atividade Turística	23
1.3. A Oferta Turística	25
1.4. A Segmentação do Turismo.....	27
CAPÍTULO II: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	30
2.1 Cananéia e Iguape: Pequeno Histórico	30
2.2 O município de Cananéia	38
2.2.1 Atrativos Culturais	40
2.2.2 Atrativos Naturais	47
2.3 O município de Iguape.....	53
2.3.1 Atrativos Culturais	54
2.3.2 Atrativos Naturais	65
CAPÍTULO III: RELAÇÕES ENTRE TURISMO, CULTURA E POP. LOCAL	73
3.1 O Turismo Como Atividade Social	73
3.2 Turismo, Cultura e População Local	74
3.3 Turismo e População Local: a outra face	77
CAPÍTULO IV: REFLEXÕES PARA BUSCA DE UM TURISMO MELHOR	88
4.1 O Turismo Ideal	89

4.1.2 O Turismo Cultural	92
4.1.4. O Ecoturismo	93
4.2 Elementos para Auxiliar na Implantação do Turismo	97
4.2.1 Impactos do Turismo.....	98
4.2.2 Estudos de Capacidade de Carga Turística.....	99
4.2.3 Os Consórcios Intermunicipais	100
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
6. REFERÊNCIAS	108

RESUMO

O presente trabalho pretende contribuir para o aprofundamento de discussões em torno do turismo, uma vez que este se mostra como uma das atividades econômicas que mais cresce em todo mundo e que cada vez mais é incentivado em diversas localidades, em função dos benefícios que pode gerar. Em razão disto, o turismo vem sendo apontado como salvação para locais que passam por processo de estagnação econômica. Pela necessidade de se refletir como se dá a implantação desta atividade e também sobre a realidade local, visando propor estratégias para se alcançar o desenvolvimento socioeconômico através do turismo, faz-se necessário analisar as relações entre esta atividade e a população local, bem como os seus efeitos positivos e negativos. Para tanto, tomou-se como objeto de estudo os municípios de Iguape e Cananéia – SP.

Palavras-chave: turismo, cultura e desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper aims to contribute to the deepening of discussions about tourism, since it shows today as one of the fastest growing economic activities in which everyone and that is increasingly encouraged in various locations depending on the benefits that can generate. Because of this tourism has been identified as the local salvation that goes through process of economic stagnation. For the need to reflect as we gave the deployment of this activity on the local reality and to propose strategies and achieving socioeconomic development through tourism, is necessary to examine the relationship between this activity and the local population as well as its positive and negative effects. For both became a subject of study and the municipalities of Iguape and Cananéia - SP.

Key-words: Tourism, culture and development

I.INTRODUÇÃO

O Turismo é uma atividade que envolve, basicamente, dois elementos: as pessoas e os lugares. E por este motivo se torna alvo dos estudos geográficos, pois a geografia consiste, justamente, em analisar as relações entre as sociedades e o meio ambiente. Para Rodrigues A.B. (1997), o tratamento do espaço geográfico do turismo é um tema que permite, pela sua abrangência, a oportunidade de ascender a um discurso unitário, superando-se a incômoda dicotomia da geografia, enquanto ciência da natureza e da sociedade.

Atualmente o turismo se apresenta como uma das forças econômicas mais importantes do mundo. Nele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados, nos quais a oferta e a procura se encontram. Os resultados desses movimentos financeiros decorrentes do turismo são bastante expressivos e justificam a presença desta atividade, cada vez, mais no planejamento de muitos municípios, estados e países.

O turismo não possui apenas um importante significado econômico, sendo, em muitos casos, fonte de rendas e divisas, mas também exerce impactos relevantes sobre a cultura e o espaço da área receptora. Assim como qualquer outra atividade econômica, o turismo está relacionado diretamente ao meio econômico, natural e social, trazendo tanto impactos positivos como negativos aos mesmos.

Ao longo do tempo o turismo se tornou uma atividade socioeconômica de destaque em função de diversas mudanças que foram ocorrendo na sociedade e que estão relacionadas diretamente com as modificações vindas com a Revolução Industrial: melhoria dos meios de comunicação, menos horas de trabalho, melhoria no setor de transportes terrestres e aéreos, incluindo aumento da disposição de capital para viajar, a melhoria das redes viárias e o aumento da expectativa de vida.

Considerando que a atividade turística está em constante crescimento, acredita-se que o potencial turístico que a área estudada apresenta pode ser aproveitado para gerar desenvolvimento à região, porém de maneira a preservar suas especificidades ambientais e culturais.

Para o estudo de caso desta pesquisa foram escolhidos os municípios de Iguape e Cananéia, os quais se localizam no Vale do Ribeira, no litoral sul do estado de São Paulo. Essas cidades possuem grande semelhança em vários aspectos, históricos, culturais e paisagísticos, e além dessas semelhanças existe ainda uma outra: ambas passam por estágio de inexpressivo crescimento econômico e estão buscando no turismo uma saída. Talvez

buscando não seja o termo mais adequado, uma vez que ali esta atividade não ocorre de forma planejada, e sim de forma espontânea. Os municípios apenas se aproveitam da vinda dos turistas sem que ocorram muitos esforços para isto.

Como dito anteriormente, a área estudada se localiza no Vale do Ribeira, o qual abriga a maior porção de Mata Atlântica remanescente no Estado, em sua maior parte protegida por Parques, Reservas, Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. A Mata Atlântica é um vasto bioma formado por muitos ecossistemas diversificados, caracterizado por um expressivo número de espécies animais e vegetais, o que condiciona uma beleza exuberante a este domínio paisagístico e, portanto, a essa região.

É importante ressaltar que, embora o Vale do Ribeira esteja localizado em dois dos estados mais desenvolvidos do Brasil, estando próximo de duas regiões metropolitanas, São Paulo ao norte e Curitiba ao sul, e de ter sido uma das primeiras regiões brasileiras a ser explorada nos períodos colonial e imperial, é um espaço que chega ao início do século XXI com significativo patrimônio ambiental. Segundo dados da Organização S.O.S. Mata Atlântica, são mais de 2.1 milhões de hectares de florestas, equivalentes a aproximadamente 21% dos remanescentes de Mata Atlântica do país, 150 mil hectares de restingas e 17 mil hectares de manguezais, muito bem conservados, além de abrigar um dos mais importantes patrimônios espeleológicos do Brasil.

Ao lado dos significativos recursos naturais, a região possui grande importância em termos culturais. Habitam o Vale do Ribeira comunidades indígenas, caiçaras, remanescentes de quilombos e pequenos agricultores familiares, constituindo uma diversidade cultural raramente encontrada em locais tão próximos de regiões desenvolvidas.

É neste ambiente de características singulares que a comunidade foi construindo suas tradições culturais ao longo da história e que muitas delas são até hoje preservadas. Entre elas destacam-se as danças, o artesanato, as brincadeiras, os mitos, as lendas, os blocos carnavalescos e, principalmente, as festas religiosas.

Em contraposição aos ricos patrimônios ambiental e cultural, a região possui os mais baixos indicadores sociais dos estados de São Paulo e Paraná, incluindo os altos índices de mortalidade infantil e analfabetismo.

Atualmente, as atividades exercidas pelos municípios de Iguape e Cananéia são: a pesca artesanal e industrial, o artesanato, a agricultura (banana), a pecuária (búfalos), um pequeno comércio e o turismo, realizado de forma rudimentar.

Acredita-se que quando realizado junto a um planejamento adequado, o turismo pode ser considerado uma atividade de baixo impacto ambiental, fato que o coloca como uma

possibilidade de sustentação econômica para áreas que possuem rico patrimônio ambiental e uma alternativa às economias de regiões onde as atividades tradicionais têm mostrado seu esgotamento e se apresentam como insuficientes para a manutenção de suas populações, como é o caso dos municípios de Iguape e Cananéia, assim como de todo Vale do Ribeira.

O termo *desenvolvimento*, do modo como está sendo abordado neste trabalho, não deve ser entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico, o qual consiste basicamente em crescimento da economia e modernização tecnológica. Isto porque o desenvolvimento econômico pode ocorrer sem que haja melhoria do quadro de concentração de renda ou fatores sociais.

O termo desenvolvimento deve designar um processo de superação dos problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima. O aumento da produção de bens e o progresso técnico são, no máximo, *meios* a serviço do *fim*, que é o de tornar mais justa e legítima uma sociedade. (SOUZA, 1997, p. 18).

O desenvolvimento que será considerado neste trabalho é o *desenvolvimento socioespacial*, que deve ser compreendido como:

... um processo de superação dos problemas e conquistas de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais) propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva, o desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também, do espaço natural e social” (SOUZA, 1997, p.19).

Acredita-se que todo o potencial para atrair investimentos e propiciar a criação de empregos faz com que o turismo possa assumir um papel importante na geração de efeitos iniciais para um desenvolvimento local. O turismo funcionando como atividade motora pode projetar sobre a localidade e seu entorno uma série de efeitos, que têm por base a complementaridade com as atividades locais, constituindo-se num meio de difusão. (ABLAS, 1991).

Com a intenção de compreender como o turismo acontece nas localidades, quais são as possibilidades de planejamento e as probabilidades de um real desenvolvimento, torna-se importante fazer uma análise desta atividade. Por isto, no primeiro capítulo deste trabalho são feitas algumas considerações teóricas a respeito do turismo, abordando diversos aspectos que podem ocorrer nos locais que recebem os turistas, de forma a entender porque o turismo se

coloca, hoje, como uma das principais atividades econômicas e se pode realmente ser considerado como salvação para os municípios em estágio de estagnação econômica.

Pela necessidade de conhecer o espaço turístico em seus diversos campos: social, econômico, cultural e natural, o segundo capítulo deste trabalho faz um breve histórico dos municípios estudados, apresentando seu potencial turístico, através do levantamento dos atrativos naturais e culturais desses municípios. Trata-se, antes de mais nada, de identificar a região e seu potencial turístico.

No terceiro capítulo busca-se fazer uma análise das relações que se dão entre o turismo e as populações locais, tentando proporcionar uma reflexão destas relações, evidenciando seus aspectos positivos e negativos. Para isto são discutidas as relações entre turismo e cultura.

O quarto e último capítulo expõe apontamentos com base em consórcios intermunicipais e aborda o ecoturismo e o turismo cultural como uma forma de desenvolver a atividade turística e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente e as especificidades culturais da população. Nas considerações finais pretende-se sintetizar os pontos mais relevantes tratados ao longo da dissertação e apresentar algumas propostas e conclusões sobre o trabalho.

A justificativa para a realização deste trabalho fundamenta-se na intenção de que as reflexões expostas, sobretudo no que diz respeito aos interesses da população local, representem uma contribuição às questões relacionadas com as estratégias para o planejamento e desenvolvimento da atividade turística.

II.MÉTODOS, TÉCNICAS E MATERIAIS

Há muitas maneiras de apreender um dado objeto e é evidente que cada pesquisador se pautará pelo referencial que, segundo seu discernimento, melhor se adequar ao seu tema. O método científico utilizado para nortear o presente trabalho é o Materialismo Histórico e Dialético, o qual permite analisar as diferentes formas de produção e de relações sociais que se desenvolveram no local estudado, considerando o processo histórico da sociedade e do espaço geográfico, para que se possa realizar uma comparação entre os períodos deste processo.

A metodologia dialética, segundo Demo (1985), tem como seu pressuposto mais fundamental a seguinte afirmação: *toda formação social é suficientemente contraditória para ser historicamente superável*. Entende-se por formação social a realidade que se forma

processualmente na história, sendo importante ressaltar que na realidade histórica não há somente mudança, há também elementos que sobrevivem às fases históricas.

Através desta abordagem metodológica e sob o ponto de vista geográfico, procura-se analisar o turismo e seus impactos, positivos e negativos, sobre a sociedade. Enfatizando como este pode influenciar na cultura das comunidades, seja através do reforço ou da descaracterização da identidade da comunidade local, e tentar verificar se o turismo pode realmente ser uma alavanca para o desenvolvimento local.

O crescimento da atividade turística está relacionado diretamente com a evolução de nossa sociedade e pode ser explicado em função de que, no decorrer do tempo, em nossa sociedade, o trabalho passou a ser cada vez mais mecanizado, compartimentado. A monotonia do cotidiano, a fria racionalidade das fábricas, dos escritórios, dos imóveis residenciais, o empobrecimento das relações humanas, a repressão dos sentimentos, a degradação da natureza e a perda do natural são realidades sentidas no cerne da sociedade, sendo que estas constituem as maiores deficiências do cotidiano, nas quais a existência parece reduzida à expressão mais simples. É esta realidade que impulsiona milhares de pessoas, hoje em dia, a viajarem para longe de suas casas. A necessidade de viajar é, sobretudo, criada por uma sociedade marcada pela rotina e não mais pela curiosidade de conhecer novos lugares e culturas.

Segundo Krippendorf (1989), as pessoas viajam para fugir do cotidiano, para viver e para sobreviver. Assim, o grande deslocamento das massas, que caracteriza a nossa época, é consequência das condições geradas pelo desenvolvimento da nossa sociedade industrial.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, torna-se necessário compreender alguns fenômenos através da percepção, intuição e subjetividade, uma vez que esta pesquisa está direcionada para a investigação e a compreensão dos significados das relações humanas, com o próprio homem e com a natureza, cujas ações são influenciadas pelas emoções e sentimentos que se exprimem diante das situações no dia-a-dia. Desta forma, mesmo adotando o Materialismo Histórico e Dialético como metodologia norteadora, foram utilizadas técnicas de pesquisa de outras metodologias.

A ciência, em sua concepção atual, deixa de lado a pretensão de taxar seus resultados de verdadeiros. O que alcança é a aproximação da verdade, através de métodos que proporcionam um controle, uma sistematização, uma revisão e uma segurança maior do que formas convencionais. É esse aspecto que dá à ciência essa nova conotação: de ser um processo de investigação, consciente de todas as suas limitações, e do esforço crítico de

submeter à renovação constante seus métodos e suas teorias. “A atitude científica atual é a atitude crítica”. Koeche (1997, p.79)

III.PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Diante do crescimento do turismo e da crise econômica em que se encontram os municípios estudados, a presente pesquisa baseia-se, como já dito anteriormente, na hipótese de que o turismo, quando bem planejado, pode trazer desenvolvimento às regiões em estágio de estagnação econômica. A pesquisa teve como objetivo levantar o potencial turístico dos municípios de Iguape e Cananéia, para demonstrar a quantidade de atrativos que podem ser oferecidos para o desenvolvimento da atividade turística, buscando, ao mesmo tempo, fazer uma análise dos impactos positivos e negativos desta atividade sobre a população local.

A primeira etapa da pesquisa foi fundamentada em um estudo da bibliografia existente sobre o tema, enfocando desenvolvimento local, turismo e cultura, para a formação de um embasamento teórico, visando desenvolver a pesquisa de maneira coerente e objetiva, de acordo com os padrões científicos.

Na segunda etapa, realizaram-se diversos trabalhos de campo para fazer uma caracterização detalhada da área de estudo, em seus diferentes aspectos: naturais, geomorfológicos, socioeconômicos e culturais. Para tanto, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

1. Realização de um levantamento dos atrativos naturais mais relevantes, assim como das manifestações culturais que se refletem tanto nos costumes e tradições da população local como no rico patrimônio histórico que se encontra na área.
2. Levantamento de documentos cartográficos e fotográficos da região, para espacializar de forma clara a área de estudo. A coleta de dados foi feita junto a diferentes fontes: prefeituras dos municípios de Iguape e Cananéia, núcleos de estudos, ONG's, bem como através das observações e registros realizados ao longo das estadias na região. Nesta fase também foram realizadas entrevistas com os moradores dos municípios em estudo.
3. Tabulação, análise e discussão de todos os dados adquiridos, para que fosse possível dar início à construção lógica do trabalho.

CAPÍTULO I : O TURISMO

1.1- TURISMO: PEQUENO HISTÓRICO

O ato de viajar não é algo novo na história da humanidade. Nas sociedades primitivas os deslocamentos se destinavam à busca de alimentos, através da caça e da coleta. Portanto, desde que se formaram as primeiras sociedades o homem sempre viajou pelos mais diferentes motivos: econômicos, políticos, religiosos, culturais e sociais.

Fato importante a destacar é que, de modo geral, sempre ocorreram deslocamentos contínuos de pessoas em toda história da humanidade. E as viagens sempre serviram para satisfazer a curiosidade humana de explorar novas culturas e novas terras. A descoberta, a exploração, a aventura motivaram muitos viajantes, que contribuíram para estreitar os laços entre diversos povos, nos mais distantes pontos do mundo.

No entanto, segundo Dias; Aguiar (2002), até o século XIX predominava uma concepção individualista no ato de viajar. A partir do século XX houve um incremento do número de pessoas que passaram a visitar os centros culturais e as grandes cidades, surgindo nessa época uma importante corrente migratória entre os países europeus. Estes grupos atingiram grande importância, sobretudo na França.

A Revolução Industrial do século XVIII, na Inglaterra, pode ser considerada como o acontecimento mais importante para a mudança geral do conceito de viagens. Com a Revolução Industrial vieram também a urbanização e as jornadas de trabalho limitadas. Neste momento o ócio começou a ter um valor mais importante que antes, pois passou a ser visto como benéfico por aumentar a eficácia e a eficiência do trabalhador.

No início da Revolução Industrial, as condições de trabalho eram subumanas e o tempo livre praticamente não existia. Com o decorrer do tempo ocorreu uma evolução nas condições de trabalho, e as jornadas de trabalho foram reduzidas, com a existência de tempo livre que servia basicamente para a reposição da força física do trabalhador. Criaram-se jornadas que previam horas de tempo livre, fins de semana de descanso e férias anuais. (DIAS ; AGUIAR, 2002, p.46).

Por outro lado, com a introdução de inovações tecnológicas, como a máquina a vapor, e com a conseqüente criação dos trens e barcos a vapor, os meios de comunicação melhoraram sensivelmente, o que facilitou o acesso da sociedade em geral a diversos lugares. Uma outra modificação importante na situação ocorreu no século XIX com o surgimento da estrada de ferro, que suscitou grande crescimento no número de viajantes. Segundo Dias; Aguiar (2002), a criação da estrada de ferro deu um novo impulso ao interesse de viajar dos turistas, logo incluindo o turismo destinado às praias ou ao banho de mar como uma das principais atrações.

Os transportes se desenvolveram bastante neste período, com a instalação de linhas férreas em diversos pontos do mundo, facilitando o deslocamento das pessoas em grande número. No início do século XX cresce a utilização do automóvel como importante meio de locomoção. Até depois da Segunda Guerra Mundial, o automóvel ainda era um meio de transporte reservado para as classes mais favorecidas, porém pouco tempo após este período o automóvel se tornou um bem popular, sendo o mais utilizado no turismo.

Durante a segunda metade do século XX, o turismo cresceu de forma mais rápida que a atividade industrial. Durante muito tempo pensou-se somente nos aspectos positivos do turismo: os diversos benefícios econômicos, o desenvolvimento da infra-estrutura, a criação de empregos, a valorização do patrimônio histórico-cultural, bem como das paisagens naturais. Porém, o rápido crescimento da atividade turística na década de 1950 resultou na degradação ambiental de inúmeros recursos turísticos no mundo todo. Dias; Aguiar (2002) colocam que, num primeiro momento, na comparação com a indústria pesada, não se notavam os impactos negativos das atividades turísticas mais comuns, como desfrutar de uma praia, admirar monumentos históricos ou animais selvagens. Hoje, mesmo sabendo que as condições de observação não mudaram efetivamente, sabe-se que o turismo pode gerar vários impactos negativos, tanto ambientais, como culturais e sociais.

Esses aspectos negativos do turismo se tornaram mais evidentes na medida em que o turismo se desenvolveu, tornando-se cada vez mais um turismo de massa. O turismo de massa

é caracterizado pela quantidade expressiva de pessoas concentradas ao mesmo tempo e no mesmo espaço, o que ocorre em função da sazonalidade, decorrente da concentração de demanda em um curto período de tempo.

Quando centenas de pessoa visitam um monumento que está lá há séculos, provocam abalos incomparáveis nessas atrações. Quando cada uma dessas pessoas, numa atitude predatória inconseqüente, procura levar um pedaço por menor que seja de lembrança, está provocando a destruição irreparável do patrimônio (DIAS; AGUIAR, 2002, p.49).

Na década de 1960 começaram a surgir as primeiras preocupações com os efeitos do turismo de massa. Em 1974, em Madrid, foi criada a Organização Mundial do Turismo (OMT), com o objetivo de “*promover e desenvolver o turismo para contribuir com o desenvolvimento econômico, a compreensão internacional, a paz, a prosperidade e o respeito universal, a observância dos direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião*”.

No início dos anos 1980 as motivações dos turistas se ampliaram, cresceram as opções alternativas ao turismo de massas, aumentaram as viagens de aventura ou que abrangem diversas atividades ao mesmo tempo.

Tomando por base a introdução histórica anterior, para fins de estudo, Dias; Aguiar (2002) dividem o turismo em três períodos, cujas características principais são:

1. *Período do turismo embrionário ou elitista*: As formas de turismo que cobrem até meados do século XIX, reservadas os grupos minoritários, cujos membros dispunham do tempo necessário para viajar com espírito de aventura e com gastos elevados.
2. *Período de Transição*: Vai até a primeira metade do século XX, quando se inicia a etapa de sua popularização, precursora do turismo de massas. Durante essa época, as viagens por motivo de recreação, saúde ou cultural são praticadas por pessoas provenientes de amplos setores da população.
3. *Período do turismo de massas*: Tem seu início a partir da segunda metade do século XX até os nossos dias. Neste período, o turismo se torna uma necessidade de amplas camadas da sociedade e se consolida como um imperativo social, econômico e cultural dos povos.

Quando analisado o conceito de turismo, este apresenta várias distinções, segundo os vários autores que abordam o assunto. Porém, os elementos mais importantes de todas as

definições são: o tempo de permanência, o caráter não lucrativo da visita e a procura do prazer e descanso por parte do turista. Dentre esses elementos, o turismo está relacionado sempre às viagens, mas nem toda viagem é considerada como turismo, uma vez que o conceito de turismo implica a existência de recursos naturais e/ou culturais e de infra-estrutura.

O conceito de turismo adotado neste trabalho é o mesmo seguido pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que foi desenvolvido por Oscar de La Torre (1992), no qual o turismo é definido como:

Um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (apud IGNARRA, 1999, p.24).

Este evidencia a importância sócio-cultural e econômica da atividade turística, demonstrando que, quando bem desenvolvida, esta é uma atividade capaz de gerar benefícios para todos os envolvidos, ou seja, podendo ser uma das ferramentas para o desenvolvimento de localidades com potencial para isto.

1.2- A ATIVIDADE TURÍSTICA

O turismo é uma atividade que possui caráter dual, por ser ao mesmo tempo uma atividade econômica e social. Econômica, porque permite a geração de capital, uma vez que transforma o espaço geográfico em um bem consumível; social, pois permite o maior conhecimento do homem como cidadão, além de ampliar as relações entre pessoas de diferentes locais e, conseqüentemente, de diferentes costumes. Podemos acrescentar ainda, segundo Rodrigues, A.B. (1998), que o turismo é uma atividade social porque incide em todos os setores da vida coletiva, nas instituições, nas empresas, nas mentalidades, na identidade e até mesmo no ideário coletivo.

O turismo como atividade turística tende a aproveitar os bens da natureza sem esgotá-los; emprega significativa quantidade de mão-de-obra; exige investimentos de enormes somas de dinheiro; gera renda tanto empresarial como individual; origina receitas para os cofres

públicos; produz diversos efeitos na economia do país; gera valorização imobiliária e impulsiona a construção civil.

Os resultados que a atividade turística é capaz de obter decorrem da movimentação econômico-financeira através do deslocamento de pessoas de seu local de residência para outros, desde que esse deslocamento seja espontâneo e de permanência temporária.

Segundo Barbosa (2005), ao analisar a atividade turística é necessário considerar dois aspectos importantes: o interesse dos turistas e o interesse da população local. O primeiro procura regiões que possam oferecer atividades que ocupem seu tempo livre e que atendam a seus interesses. O segundo visa atrair os turistas para ocupar seu próprio tempo livre, por meio de atrações que o local já possui ou que podem ser criadas. A autora afirma que é por meio do relacionamento entre essas duas partes que se produzem resultados que levam o local visitado ao desenvolvimento econômico, à medida em que a localidade se organiza e dinamiza o setor turístico.

É justamente nesse ponto que o turismo começa a produzir seus resultados, como a circulação de moeda, o aumento do consumo de bens e serviços, o aumento da oferta de empregos, a elevação do nível social da população local e ainda o aparecimento de empresas dedicadas ao setor (agências de viagens, hotéis, restaurantes, transportes, cinemas, etc.) (BARBOSA, 2005: 108).

A presença do turista leva as autoridades públicas a adaptarem seu comportamento às novas necessidades. Não são mais aceitas falhas no fornecimento de água, luz, rede de esgoto e no recolhimento de lixo. Além disto, é necessário que a localidade tenha boa pavimentação e sinalização.

A atividade turística tem o espaço geográfico como seu principal objeto de consumo e em função disto decorre uma de suas mais importantes especificidades: o turista tem, obrigatoriamente, que se deslocar até o produto a ser consumido, ou seja, o lugar turístico. Segundo Cruz (2001) em função dessa característica intrínseca, o turismo acaba por aplicar transformações em três porções do espaço: pólos emissores de fluxos, os espaços de deslocamentos e os núcleos receptores de turistas.

Conforme a origem e o destino do fluxo de pessoas, os lugares classificam-se como emissores ou receptores, designação que tanto se pode aplicar aos municípios, regiões e países de onde provêm os turistas, como também para onde se destinam, respectivamente.

Segundo Barbosa (2005), os termos emissor e receptor são utilizados com muita frequência, mas sua definição é complexa e, por isso, é necessário levar em consideração os seguintes aspectos:

- Na realidade não é fácil encontrar municípios, regiões ou países que sejam exclusivamente emissores ou receptores, sendo mais correto utilizar o termo: predominantemente emissor ou receptor.
- A noção de país emissor ou receptor do ponto de vista do turismo internacional estabelece, geralmente, uma relação com o nível de desenvolvimento econômico. Os países predominantemente emissores são, normalmente, mais desenvolvidos economicamente que os receptores.
- Uma região emissora apresenta, normalmente, condições sócio-econômicas favoráveis, elevado nível de vida e níveis culturais que incitam à viagem.
- A região ou município predominantemente receptor deve dispor de recursos, infraestrutura e instalações turísticas necessárias para acolher os turistas, mas suas condições socioeconômicas são, por via de regra, inferiores às dos países emissores, com algumas exceções.

Como é possível notar, o deslocamento de pessoas a partir de seu local de residência para um outro local e regresso à sua origem, quando existem níveis diferentes de rendimento entre duas regiões ou municípios, origina uma corrente turística do mais rico (emissor) para o mais pobre (receptor). Relativamente ao turismo interno, verifica-se uma situação semelhante: as regiões mais pobres, sempre que possuam suficientes meios e condições de captação, desenvolvem os seus recursos turísticos que são vendidos nas regiões mais ricas. Porém, para que a atividade turística exista é necessário que haja uma oferta atrativa nos lugares classificados como receptores. Como veremos adiante, na região estudada os problemas não são os atrativos, mas a falta de infra-estrutura e divulgação, além de maior capacitação dos moradores.

1.3- A OFERTA TURÍSTICA

A multiplicidade de motivações que está na origem das viagens e as características peculiares das necessidades dos viajantes não permitem delimitar claramente todos os contornos da oferta turística. Em qualquer outro mercado é relativamente fácil determinar os

bens que são objetos de procura, mesmo que se trate de bens imateriais, mas o mesmo já não acontece com o mercado turístico. Neste mercado existem, concomitantemente, consumos que por um lado satisfazem, simultaneamente, necessidades turísticas e não turísticas e, por outro lado, consumos que incidem sobre bens ou serviços produzidos exclusivamente em função das necessidades da população local. Disto resulta a amplitude dos componentes da oferta turística e, em muitos casos, alguns deles não são incluídos no turismo por se destinarem a produzir bens e serviços que não têm como objetivo a satisfação de necessidades turísticas.

Para um lugar ser considerado turístico, de acordo com Yázigi (2001), é necessário que ele apresente três características: densidade de frequência turística, ou seja, fluxo de visitantes; presença de equipamentos e serviços turísticos, representados pela infra-estrutura turística (hotéis, restaurantes, agências de turismo, etc.); e uma imagem turística. Essa imagem geralmente está associada a algum atrativo, como os recursos naturais (clima, paisagem, flora, fauna, etc.) ou valores simbólicos (históricos, culturais ou religiosos, modo de vida dos habitantes).

Como aponta Barbosa (2005), o primeiro componente da oferta turística é formado pelos recursos naturais, considerados como tais, do ponto de vista econômico, os elementos do meio natural que satisfazem necessidades humanas. Somente o fato de existir um elemento natural não faz dele um recurso. Faz-se necessária uma intervenção do homem, qualquer que seja sua natureza e dimensão, que lhe atribua a capacidade de satisfazer necessidades humanas.

Tal como são oferecidos pela natureza, os recursos naturais podem ser insuficientes para garantir a permanência dos turistas, que se deslocaram atraídos por eles. Torna-se necessária a construção de equipamentos que, por um lado, permitam o deslocamento (transportes, organização de viagens, etc.) e, por outro, assegurem sua permanência (alojamentos, restaurantes, etc.). Sem estes equipamentos não existirá atividade turística, embora possam ocorrer deslocamentos, nem existirá turismo, pois uma de suas características é a transferência de divisas de um local para outro.

Da permanência fora da residência habitual resultam necessidades adicionais para os viajantes, que obrigam a construção de novos equipamentos e a produção de outros bens e serviços nos locais turísticos, dando origem a um complexo de prestações de serviços destinadas exclusivamente a satisfazer a demanda turística. É claro que a população local acaba tendo acesso a esses serviços, assim como os turistas acabam por consumir bens e serviços produzidos localmente para os que residem no local.

A par da produção de bens e serviços, na área turística podemos incluir fatores intangíveis, que contribuem para uma melhor satisfação das necessidades dos clientes. Dentre estes fatores, temos o acolhimento como o principal deles. Segundo Cunha (1997), acolhimento é o conjunto de comportamentos, de políticas e de técnicas levadas a cabo para realizar a aproximação do turista no sentido de uma relação humana de qualidade, com o fim de satisfazer a sua curiosidade, as suas necessidades, gostos e aspirações, e na perspectiva de desenvolver um clima de reencontros e de trocas, a fim de estimular o conhecimento, a tolerância e a compreensão entre os seres.

Desta forma, é possível definir oferta turística como o conjunto dos elementos naturais, equipamentos, bens e serviços que estimulem o deslocamento de visitantes e satisfaçam as suas necessidades. Considerando como bem tudo aquilo que satisfaz uma necessidade humana e está disponível para este fim, a oferta turística compreende todos os serviços que satisfazem as necessidades turísticas, podendo, segundo Barbosa (2005), dividir-se em quatro grupos:

- Bens livremente disponíveis que, não sendo bens econômicos por definição, constituem as bases fundamentais da produção turística: o clima, as paisagens, o relevo, as praias, lagos, fontes termais;
- Bens imateriais que, resultantes da maneira de viver do homem, exercem sobre os outros homens um fenômeno de atração: tradições, cultura, exotismo;
- Bens turísticos básicos criados, que pelas suas características ou dimensões provocam o desejo de viagem: monumentos, museus, parques temáticos, centros desportivos, estâncias termais;
- Bens e serviços turísticos complementares que, resultando, em exclusivo, da ação do homem, permitem os deslocamentos e garantem as necessidades de permanência: meios de transporte, vias de comunicação, meios de alojamento e alimentação.

Os bens livres e imateriais, por não serem bens econômicos em seu estrito sentido, são fontes de rendimentos por obrigarem a um deslocamento e, diversas vezes, originarem um pagamento direto. Como exemplo, uma cachoeira, que se pode considerar neste conjunto, necessita de um pagamento de entrada pra visitação. Mesmo que não originem um rendimento direto, dão origem a rendimentos resultantes das peculiaridades que o local oferece e acabam por favorecer a instalação de empresas cujas explorações se tornam mais vantajosas.

1.4- A SEGMENTAÇÃO DO TURISMO

Com o objetivo de tentar normatizar as estatísticas de turismo nos diferentes países, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1979, propôs uma classificação para a motivação da viagem ou motivo principal da visita turística. Essa classificação foi ordenada nas diretrizes provisórias sobre estatística do turismo internacional, podem ser utilizados tanto para o turismo internacional como para o interno, tendo por objetivo medir os segmentos-chaves da demanda turística para fins de planejamento, tendo promoção e comercialização. A tabela abaixo mostra a classificação do motivo da visita ou viagem.

Quadro 1: Classificação do motivo da visita (ou viagem) para o turismo receptor.

1	Lazer, recreação e férias
2	Visitas a parentes e amigos
3	Negócios e motivos profissionais
4	Tratamento de saúde
5	Religião/peregrinações
6	Outros motivos

Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT), apud DIAS; AGUIAR (2002).

Ainda segundo Dias; Aguiar (2002) o turismo pode apresentar um número ilimitado de vertentes, dependendo das motivações do viajante para empreender a viagem. Não existe um número fixo, e pode haver modificações na importância da motivação para a viagem. Os tipos de viagem que os autores apresentam constituem apenas alguns exemplos da diversidade motivacional para viagens. Os principais tipos destacados pelos autores são:

- **Turismo de aventura:** não apresenta objetivos práticos, mas revela a curiosidade de conhecer regiões pouco conhecidas, muitas vezes motivada por relatos verbais ou escritos.
- **Turismo de descanso:** esta classe de turismo se generalizou de tal forma que constitui uma das maiores manifestações do turismo em geral e é base sobre a qual se considera o turismo como fenômeno social.
- **Turismo esportivo:** o turismo esportivo se desenvolveu de forma especial na atualidade devido à consolidação do esporte como forma de descanso. As grandes manifestações

esportivas como a Olimpíada, Torneios, Corridas contribuem para o crescimento deste tipo de turismo.

- **Turismo religioso:** está relacionado com as romarias e peregrinações que os fiéis realizavam nos lugares sagrados. Há uma variedade de lugares sagrados nos diversos países, que se relacionam com as mais diferentes manifestações religiosas. Alguns desses lugares considerados sagrados têm importância nacional, e na maioria das vezes regional, porém existem locais que adquirem uma dimensão mundial, como: Jerusalém, em Israel, Meca, na Arábia, ou Benares, na Índia.

- **Turismo gastronômico:** é a busca de satisfação do paladar, o que dá espaço a uma série de viagens para encontrar comidas saborosas, além de um contínuo intercâmbio de alimentos e bebidas.

- **Turismo de estudo:** viagens temporárias com o objetivo de fazer cursos para o aperfeiçoamento em determinada língua estrangeira, ou numa área do conhecimento específica.

- **Turismo científico:** o turismo não deve se limitar somente aos centros de diversão, balneários, nem às praias, mas deve interessar-se também por quem, em suas viagens, tem objetivo de caráter intelectual ou científico. Deve-se dar importância, do ponto de vista turístico, às bibliotecas, arquivos, museus, sítios arqueológicos, reservas naturais de flora e fauna, que atraem os pesquisadores de diversas áreas.

- **Turismo cultural e artístico:** para conhecer as obras de arte não há meio mais eficaz que a observação direta das mesmas. Os recitais e concertos das grandes orquestras e intérpretes da música clássica e moderna atraem admiradores de todas as partes do mundo, dando origem às viagens culturais e artísticas.

- **Turismo de natureza:** um dos tipos que mais cresce no mundo atualmente, engloba o ecoturismo e o turismo rural.

Há uma enorme variedade possível de outros tipos de turismo que poderiam ser citados: políticos, industrial, de terceira idade, etc. Há segmentos de mercado tão específicos que se constituem na realidade em segmentação do já segmentado mercado turístico, por exemplo: turismo de cavernas, de admiradores de pássaros, o vinícola, de cemitério, GLBS (*gays*, lésbicas, bissexuais e simpatizantes), etc.

Os segmentos colocados por esses autores não esgotam todas as possibilidades, podendo haver numerosos outros tipos de turismo e, além disso, é importante ressaltar que os diversos segmentos podem sofrer subdivisões que irão tornar o público bem específico, facilitando o seu entendimento.

CAPÍTULO II: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 CANANÉIA E IGUAPE: PEQUENO HISTÓRICO

A área estudada se localiza no Vale do Ribeira, a bacia deste rio divide-se em 13 sub-bacias e abrange 32 municípios, sendo 9 no estado do Paraná e 23 no estado de São Paulo. O rio Ribeira de Iguape é o principal rio da região, nasce na Serra de Paranapiacaba, no estado do Paraná deságua no Oceano Atlântico, já no estado de São Paulo, percorrendo uma extensão de 470 km, da nascente à foz.

Morfológicamente o Vale do Ribeira é uma grande extensão de terras baixas, quase 6.800 km² de superfície abaixo de 100m, abertas para o Oceano e emolduras pela Serra de Paranapiacaba e seus contrafortes. Aprofundando aproximadamente 80km para o interior e, com uma largura que é quase equivalente, constitui uma área geologicamente complexa. (PETRONI 1966, p.310).

Dos 23 municípios paulista do Vale do Ribeira, dois deles são Iguape e Cananéia. É importante destacar, que muitas localidades do Vale do Ribeira, que hoje se constituem municípios eram apenas pequenos núcleos de povoamento e pertenciam à Iguape; dentre eles é possível citar: Eldorado, Jacupiranga, Sete Barras, Registro e Pariquera-açu, sendo que suas emancipações se deram em épocas diferentes, variando do final do século XIX até meados do século XX.



Figura 1: Localização dos Municípios de Iguape e Cananéia –SP

A escolha por esses dois municípios, Iguape e Cananéia, se justifica pelas semelhanças entre eles. Iguape e Cananéia constituem-se frutos dos primórdios da presença européia na região. Daí duas características fundamentais que os distinguem dos demais: são os mais antigos, pois datam do primeiro século de colonização, e estão inteiramente ligados ao mar, formados em torno de ancoradouros nas duas extremidades do mar Pequeno, áreas que, segundo Petroni (1966, p.297), inevitavelmente acabariam por justificar a criação dos primeiros núcleos de povoamento na porção litorânea propriamente dita. Essas duas cidades surgiram, portanto, com funções portuárias, “cabeças-de-ponte” para servir ao processo de penetração para o interior.

Segundo Petroni (1966), Cananéia e Iguape avantajaram-se desde seus primeiros tempos, por constituírem-se em favoráveis abrigos naturais nas duas extremidades do mar Pequeno, respectivamente junto às barras de Cananéia e Icapara. Iguape, especialmente, cresceu em função de sua favorável posição, já que podia articular-se com todo o interior do Vale por intermédio do rio Ribeira e seus afluentes, desenvolvendo-se, desde o início, mais que Cananéia. Foi, indiscutivelmente, a primeira “capital” da Baixada, tendo um desenvolvimento apreciável enquanto tal condição permaneceu. No momento em que o

sistema de “cabeça” deixou de ter importância – primeiramente com a obstrução da barra de Icapara e, posteriormente, com o declínio da navegação fluvial – a cidade conheceu um período de estagnação e até mesmo de declínio, que perdura até os dias atuais.

Cananéia sofreu vicissitudes semelhantes, porém ligadas a uma vida de relações, em âmbito mais restrito, com o restante do Vale, com exceção do papel que o núcleo teve nas primeiras entradas para o interior.

Pode-se dizer, segundo Fortes (2000), que a região do Vale do Ribeira teve dois importantes ciclos econômicos: o ciclo do ouro, no período entre meados do século XVI até finais do século XVII, e o ciclo do arroz, que foi da última metade do século XVIII até aproximadamente 1930. Iguape recebeu maior destaque nos dois ciclos, em função, como dito anteriormente, de sua posição geográfica, que facilitava a comunicação com o interior do Vale e o escoamento da produção.

Segundo dados do Museu Histórico e Arqueológico de Iguape, por volta de 1560 foram descobertos os primeiros veios auríferos na região, mas foi somente por volta de 1670 que a mineração do ouro de lavagem se intensificou. Com a finalidade de evitar o contrabando e garantir a arrecadação de impostos, a Coroa Portuguesa fundou em Iguape a *Casa de Officina Real de Fundição do Ouro*, considerada a primeira casa de fundição de ouro do Brasil, fato que demonstra a importância dessa atividade para o município naquela época.

Em fins do século XVII, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, muitos mineradores da região deslocaram-se para esse estado e a mineração começou a entrar em decadência. A economia da região voltaria a se aquecer a partir de meados do século XVIII, com atividades ligadas à construção naval, ocasião em que se estabeleceram em Iguape e, principalmente em Cananéia, muitos estaleiros, nos quais foram construídos inúmeros navios e barcaças, encomendados por importantes armadores de Santos e do Rio de Janeiro.

Porém, o quadro da economia regional modificou-se bastante no início do século XIX. Foi quando a região conheceu o seu segundo e mais importante ciclo econômico, o do arroz. Foi neste período que a elite agrária, constituída por portugueses e também por agricultores da própria região, proprietários de numerosos escravos e de imponentes palacetes, concentraram seu capital na lavoura de arroz, cuja qualidade correu o mundo, garantindo a Iguape um lugar privilegiado na exportação desse produto. PEREIRA (2005).

No ano de 1836 o cultivo do arroz era a principal cultura do baixo Ribeira, justificando a presença de 82 engenhos de beneficiamento em

Iguape e 12 em Cananéia. O arroz constituía praticamente o único produto importante de exportação, representado para a região, guardadas as proporções, o que o café foi para outras regiões da Província. (PETRONI, 1966, p.89).

Porém uma modificação, interessando diretamente ao porto de Iguape, mas que teve repercussões em toda a circulação da Baixada, foi a abertura do canal Valo Grande, o qual pode ser visto na *foto 1*. Segundo Fortes (2000), o arroz produzido nos sítios espalhados pela baixada chegava pelo rio até o Porto de Ribeira, de onde era conduzido por carroças, numa distância de três quilômetros, até o Porto Grande, no Mar Pequeno, com sede na vila de Iguape. Para facilitar o transporte, agricultores e políticos decidiram abrir uma vala ligando diretamente o Rio Ribeira ao Mar Pequeno. Os aspectos positivos decorrentes de tal empreitada foram poucos e temporários, os negativos não se fizeram esperar e foram muitos.

Durante 25 anos, escravos e trabalhadores assalariados escavaram a vala, que passou a ser utilizada a partir de 1852, dando passagem, apenas, a pequenas canoas. O que era para ser um benefício transformou-se em um pesadelo. A pequena vala de alguns metros transformou-se num imenso braço de rio de mais de 200 metros de largura. Suas margens começaram a desbarrancar de maneira vertiginosa, ruas inteiras e casas foram tragadas pela impetuosidade das águas. (...) Diziam que Iguape terminaria seus dias no fundo do Valo Grande. (FORTES 2000, p.42)

Os sedimentos do rio Ribeira, ao invés de serem levados para sua barra e em grande parte dispersos pelas águas do mar, passaram a ser transportados por intermédio do canal artificial, depositando-se no mar Pequeno, de modo a diminuir sensivelmente as profundidades e criar extensos e rasos bancos arenosos, obstruindo o próprio Porto e a barra de Icapara.

Fortes (2000) coloca que as últimas conseqüências dessa iniciativa de Iguape e, da incompreensível decisão das autoridades que, em 1891, suspenderam os trabalhos de entulhamento do canal, quando a barragem estava prestes a fechar, foram desastrosas para Iguape e região. O porto de Iguape, pouco a pouco, deixou de receber grandes embarcações vindas por mar, a não ser por intermédio do mar Pequeno – via Cananéia – e naturalmente limitou extraordinariamente a possibilidade de articulação da baixada do Vale do Ribeira com o exterior por via marítima. É nesse momento que o Porto de Cananéia ganha maior destaque, pois as embarcações que vinham com destino a Iguape deveriam entrar no mar Pequeno pela barra de Cananéia, contornando, em conseqüência, toda Ilha Comprida, para só assim

alcançarem Iguape. A barra de Cananéia se tornou a única porta de acesso, por mar, ao interior do Vale do Ribeira.



Foto 1: Valo Grande

Devido a diversos fatores, como a falta de modernização da lavoura de arroz, abolição da escravatura, a ausência de inovações técnicas nas próprias condições de atracabilidade dos portos, assim como em suas instalações e, principalmente pela abertura do Valo Grande, o município de Iguape entrou em franca decadência, assim como toda região do Vale do Ribeira.

De acordo com alguns pesquisadores e com os próprios moradores, a crise econômica enfrentada hoje por vários municípios do Vale do Ribeira tem relação direta com a transferência das atividades do Porto de Iguape para Santos, que ocorreu em função da sedimentação de seu canal fluvial, tornando inviável a entrada de embarcações de grande porte, por causa da abertura do canal Valo Grande. “Com isso Iguape ficou isolada do restante do estado, nós, o povo do Vale, ficamos esquecidos, mas pelo menos conseguimos preservar nossa mata e nossos costumes.” (Myrian Teresa Fortes, arquiteta e atual diretora do departamento de turismo de Iguape).

Atualmente, as atividades exercidas pelos municípios de Iguape e Cananéia consistem basicamente da pesca artesanal e industrial, do artesanato, da agricultura (banana), da pecuária (búfalos), um pequeno comércio e o turismo, de forma incipiente.

Entre as atividades econômicas desenvolvidas atualmente na região, a pesca merece destaque. Pela orla litorânea, pela riqueza de ilhas, mares, canais e rios, é natural que os habitantes locais encontrassem na pesca um dos principais instrumentos para sua subsistência.

A variedade de peixes encontrados é muito grande. Pescadas amarelas, garoupas, corvinas, bagres e muitos outros somam-se ao camarão, adquirido especialmente na zona de Cananéia. Além disto, tem-se ainda o aproveitamento da ostra. A pesca se tornou atividade de maior interesse, dado ao desenvolvimento de técnicas que permitem a conservação ou industrialização, e conseqüente comércio dos produtos para outros mercados.

No litoral da baixada do Ribeira, segundo Petroni (1966), a atividade pesqueira obedece a um calendário organizado principalmente em função dos tipos de peixes possíveis de pescar. No decorrer do período quente do ano, praticamente desde outubro até março, verifica-se a estação do peixe “graúdo”. Nessa ocasião pesca-se robalo, a pescada amarela, a jagurra, o cação, o pacu e outros. No decorrer do período frio, compreendendo os meses de maio a agosto, verifica-se a estação do peixe “miúdo”. Então pesca-se o bagre, a tainha, a garoupa, a pescadinha, a sardinha e outros. O robalo e a tainha são os peixes que caracterizam melhor as duas estações em questão. O peixe miúdo pode continuar a ser pescado um pouco durante todo o ano, embora com produtividade reduzida.

O camarão, que constitui uma das principais fontes de renda para os pescadores, é procurado a partir de março, estendendo-se a sua pesca até agosto. Teve um tempo que era freqüente a pesca do camarão durante o ano todo, porém este fato começou a influenciar no decréscimo do rendimento de sua pesca. Com a instalação do Instituto de Pesca em Cananéia, foi realizado um trabalho de conscientização dos pescadores, que foram informados da necessidade de um tempo sem pesca para reprodução do camarão, além da pesca deste crustáceo ter sido proibida por lei, nos períodos de sua reprodução.

A criação de animais é atividade pouco significativa em toda Baixada. Seus habitantes, desde os primeiros tempos de colonização, não têm se interessado por ela e, ainda hoje, com exceção do gado de pequeno porte, especialmente o suíno, são poucos os casos de propriedades com rebanhos de maior interesse. Porém, a criação de búfalos merece destaque. Implantada na região com grande sucesso na década de 50, pela Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo, a introdução dos búfalos se deu com tão boa adaptação desses animais nas áreas quentes e alagadiças da Baixada do Ribeira, que em 1989 a Secretaria da Agricultura criou o Programa de Desenvolvimento da Bubalinocultura do Vale do Ribeira. O programa funciona com o empréstimo aos interessados de 11 animais, sendo 10 fêmeas e 1 macho, e depois de sete anos o criador devolve à Secretaria 14 animais, que serão repassados

a outros interessados. Para conseguir os animais é necessário ter terras próprias e condições de cuidar dos animais, sendo dada preferência aos pequenos proprietários e àqueles que usarão, principalmente, a mão-de-obra familiar.

A plantação de banana ocupa áreas extensas em toda região do Ribeira, comportando pequenos e grandes produtores. A banana tem expressiva relevância comercial, porém ainda existem poucas opções para agregar valor ao produto, como uma possibilidade para aumento da renda dos agricultores.

Na década de 1960, a região do Vale do Ribeira começou a ser reconhecida pelo seu patrimônio ambiental e neste período foram criadas várias áreas de reservas e proteção ambiental, tanto que em 1999 a região foi denominada pela Unesco de Patrimônio Natural da Humanidade. Porém, a criação das inúmeras áreas de reserva e preservação acabou afetando a população nativa, que foi privada de fazer uso do solo e de outros recursos que garantiam seu trabalho e sua sobrevivência, fato que se tornou mais um agravante para a baixa qualidade de vida dos moradores da região.

O turismo vem se mostrando uma atividade bastante lucrativa, porém está se desenvolvendo nos municípios de forma automática, sem muitas interferências dos governos locais, mas que garante uma fonte de renda a alguns habitantes locais. Algumas associações de moradores estão nascendo para organizar e tentar desenvolver projetos ligados à preservação do meio ambiente e à atividade turística, porém ainda sem muita expressividade.

O clima favorece a presença de turistas. A região possui clima tropical úmido, com amplitude térmica de 22 a 28 °C e significativas quedas de temperatura nos meses de inverno, devido à sua localização próxima à região Sul do país. O índice pluviométrico gira em torno de 1.890 mm/ano, com distribuição irregular das chuvas, tendo o período de outubro a março como o mais chuvoso do ano. A umidade relativa do ar apresenta índices elevados e a nebulosidade é freqüente.

Além de serem cercados pela Mata Atlântica, os municípios de Iguape e Cananéia possuem quilômetros de praias, inúmeras cachoeiras, rios e ilhas, que proporcionam a eles uma das mais belas paisagens do estado.

Junto a toda essa riqueza de recursos naturais e paisagísticos, Iguape e Cananéia, bem toda região do Vale, possuem grande valor cultural. A região abriga comunidades indígenas, caiçaras, remanescentes de quilombos e pequenos agricultores familiares, que conseguem, ainda, conservar muitas de suas tradições. Entre as singularidades da população local podemos evidenciar as danças, o artesanato, as brincadeiras, as lendas, os blocos de carnaval e também as festas religiosas.

As principais danças praticadas pela comunidade são a marujada, o fandango e a folia de reis ou reiada. As danças estão fortemente associadas à vida rural e à cultura caiçara, e geralmente também estão ligadas a outras manifestações culturais, algumas de caráter religioso, como o terço cantado e as bandeiras, que saem em romaria pelos municípios. O Fandango em Cananéia e Iguape é uma manifestação cultural popular que reúne dança e música. Sua prática envolve instrumentos artesanais como a viola, rabeca e adolfo, em músicas que podem ser valsadas ou somente acompanhadas pela batida dos tamancos.

O artesanato é mais desenvolvido e organizado em Iguape do que em Cananéia, conservando técnicas bem antigas de fabricação, tendo como principal produto as painéis pretas, feitas de argila, e as cestarias.

A culinária dos dois municípios é muito semelhante, com algumas poucas variações, mas tendo como base os peixes e os frutos do mar, tudo muito bem elaborado e com muita simplicidade.

Em termos históricos, lá se encontram diversos registros arqueológicos, ainda pouco estudados, e uma grande quantidade de imóveis tombados pelo CONDEPHAT (Conselho Nacional de Defesa do Patrimônio Histórico, Ambiental e Turístico), além dos sítios arqueológicos de sambaquis. Sambaquis são sítios Arqueológicos costeiros que surgiram posteriormente à última glaciação, caracterizados pelo acúmulo de conchas de moluscos, apresentam geralmente forma de colinas de base oval. (DUARTE, p.63).

Todas essas condições e características expostas demonstram que a área estudada tem um potencial muito grande para as atividades ligadas ao turismo e ao lazer e, ao mesmo tempo, possui espaços com modos de vida diferenciados.

Paralelo ao rico patrimônio ambiental e cultural, o Vale do Ribeira apresenta os piores indicadores sociais, tanto do estado de São Paulo como do Paraná. Sua população é numericamente reduzida, constituindo uma das áreas menos povoadas do estado; possui os mais altos índices de mortalidade infantil e de analfabetismo, além de ser a região com menor renda per capita.

É justamente por estas condições que se faz necessário o planejamento de atividades econômicas alternativas que possam trazer desenvolvimento e, conseqüentemente, melhorias nas condições de vida das populações locais, tentando conciliar a preservação do meio ambiente e as singularidades dessa população. Nestas circunstâncias, a atividade turística pode se mostrar como uma alternativa viável, uma vez que a área estudada possui uma quantidade significativa de recursos naturais e culturais e de mão-de-obra disponível.

Com todos os atrativos que os municípios possuem, o fluxo de turistas vem aumentando, principalmente o fluxo do turismo de massa, em especial nos feriados e na época de férias escolares, sendo, portanto, indispensável o desenvolvimento de ações que organizem essa atividade. Ações voltadas para o melhoramento das condições de infra-estrutura, atendimento ao turista, e até mesmo atividades que atraíam turistas fora da alta temporada, para que nesses períodos a população não fique sem rendimentos.

2.2 O MUNICÍPIO DE CANANÉIA

Cananéia é considerada uma cidade histórica, pois por ela passava a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, que dividia o mundo entre Portugal e Espanha, as duas maiores potências do mundo na época.

Além de fazer parte da região onde foram disputadas as demarcações de terras por espanhóis e portugueses, Cananéia também foi palco de inúmeros conflitos entre piratas, aventureiros, espanhóis, portugueses e franceses, que passavam por ali à procura das riquezas do mundo novo.

Segundo dados do Museu Municipal de Cananéia, em 24 de fevereiro de 1502 chegou à cidade uma expedição exploratória enviada por Portugal, sob o comando de Gaspar Lemos e do cartógrafo Américo Vespúcio, o qual nomeou o local de Barra do Rio Cananor. Com a embarcação veio ainda um bacharel chamado Mestre Cosme Fernandes, que tinha sido degredado pelo rei de Portugal. Esta expedição tinha como um de seus objetivos fixar o marco do Tratado de Tordesilhas, que obedecendo à localização dada pela coroa, “*a 25 graus de ladeza da costa sul do grande mar Oceano*”, coincidia com a Ilha do Cardoso, segundo dados do Museu Municipal de Cananéia.

Passados alguns anos, em 1531 a Coroa Portuguesa decidiu enviar uma nova expedição à colônia, sob o comando de Martin Afonso de Souza. Esta expedição ficou atracada na Ilha do Bom Abrigo, em Cananéia, na qual já havia um povoado formado junto com o bacharel Cosme Fernandes. Segundo o Museu Municipal de Cananéia, consta no diário de navegação da armada de Pêro Lopes, irmão de Martim Afonso, que quando a expedição chegou a Cananéia encontrou um misterioso Bacharel, seis europeus vivendo em família, duzentos mestiços e mais de mil e quinhentos índios vivendo na comunidade de Maratayama, como era chamada a antiga Cananéia.

A data de 1531 ficou sendo a data oficial da fundação de Cananéia, o que gera muitas “disputas” de título de povoado mais antigo do Brasil entre Cananéia e São Vicente, pois já havia centenas de habitantes em Cananéia quando a expedição de Martin Afonso lá aportou.

O início do desenvolvimento econômico da região ocorreu na primeira vila da cidade, a vila de São João Batista, de onde partiu a primeira expedição de Bandeirantes em busca de ouro, pedras preciosas e indígenas no Vale do Ribeira.

Pela grande quantidade de embarcações que chegavam ali, Cananéia desenvolveu atividades voltadas à produção de meios de transportes, visando atender às tropas que ali passavam e se dirigiam ao Sul, e oferecia também serviços de reparos a caravelas. Dotada de excelente porto natural, a construção naval ganhou espaço durante os séculos XVII e XVIII.

No último quartel do século incrementou-se uma atividade que já existira antes esporadicamente: a da construção de barcos, especialmente em Cananéia. Multiplicaram-se os estaleiros e parte dos habitantes dedicou-se à extração da madeira necessária para construção das embarcações, inclusive com o abandono das atividades agrícolas. (PETRONI 1966, p.78)

Em 1782 contava com dezesseis estaleiros e uma frota de mais de duzentas embarcações produzidas. Porém no século XIX tal atividade decaiu em função do avanço de extração de madeira destinada à exportação, e assim a indústria naval passou a servir quase que somente aos barcos de pesca.

Seu Porto ganhou maior importância no final do século XIX, quando o Porto de Iguape começou a mostrar os sinais negativos da abertura do Valo Grande. Foi então que o Porto de Cananéia ganhou destaque e se tornou um dos mais importantes do estado de São Paulo, com significativo número de estaleiros para escoar produtos agrícolas e minerais, e uma indústria naval bem conceituada. Porém, pela falta de investimentos em suas instalações e até mesmo de vontade política, a atividade portuária foi decaindo lentamente e perdendo espaço para o Porto de Santos.

Segundo dados de 2008 do Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), Cananéia possui uma população de 14.993 habitantes, distribuídos de forma heterogênea pelo município, sendo que 80% da população vivem na área urbana. É crescente o número de habitações precárias e ocupações irregulares de terrenos. O déficit habitacional é grande e não se limita à população de baixa renda. Dados coletados em 2008, no Seade indicam que mais da metade da população possui renda entre zero e dois salários mínimos.

O atendimento na área social é mínimo, diante da gravidade dos problemas de uma região extremamente carente. Destacam-se o alto nível de desnutrição, a falta de atendimento médico, a inexistência de mercado de trabalho para jovens e a conseqüente ocorrência de problemas de subemprego e desemprego, a prostituição e a disseminação do uso de entorpecentes.

O turismo teve um crescimento considerável na cidade nos últimos anos, principalmente com o asfaltamento da estrada, que liga a ilha de Cananéia ao continente, e também com a duplicação da rodovia BR 116, principal via de acesso ao município. Porém este crescimento ocorreu de forma impensada, sem que houvesse muitas ações e incentivos do governo local. O turismo é resultante de uma atratividade natural, potencializada no conjunto paisagístico e arquitetônico do município, nas diversas reservas ecológicas, nas várias praias e cachoeiras.

Além do turismo, incipiente, Cananéia tem ainda a pesca, a criação de ostras, a plantação de maracujá e banana como atividades econômicas, mas que não garantem o desenvolvimento do município. O depoimento de um morador da cidade deixa clara a situação de Cananéia: *“Aqui as pessoas trabalham no pequeno comércio ou são funcionários público, têm também os aposentados e os que vivem da pesca, fora isto não tem mais nada. O turismo, a gente gosta bastante, porque é quando a cidade fica mais movimentada, mas cada prefeito que entra quer mudar o que o antigo fez, daí fica assim, de qualquer jeito”*. (João Antonio, 64 anos, taxista).

2.2.1 ATRATIVOS CULTURAIS

Patrimônio Cultural

Os atrativos culturais de Cananéia se encontram, em sua maioria, no centro da cidade, também chamado de centro histórico. Composto por inúmeros casarios, ruínas e monumentos históricos, é tombado como patrimônio histórico pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico). As primeiras construções de Cananéia formam hoje a Rua Tristão Lobo, construídas provavelmente aproveitando o terreno favorável, em níveis mais elevados e de frente para o mar.

As casas que ainda existem são na maioria do século XIX; o conjunto é modesto, com casas térreas e alguns sobrados, que possuem fachadas de pedra entaipadas com argamassa de areia e cal. Uma grande quantidade de casas foi construída com materiais retirados dos

sambaquis (conchas), que misturados com óleo de baleia formavam uma massa conhecida como berbigão, técnica de construção muito utilizada no Brasil colonial. Algumas casas possuem as chamadas eiras, beiras e soleiras, que são acabamentos feitos nas paredes externas junto ao telhado, os quais antigamente serviam como um indicador de riqueza do morador. Há também, nas proximidades do porto, os chamados Argolões, que são argolas de ferro presas em pedras, onde Martim Afonso de Souza atracou suas caravelas.

Dentre os monumentos do centro histórico merecem destaque:

- **Museu Municipal:** instalado numa construção tombada, possui em seu acervo fotografias, documentos, artigos de pesca e de danças típicas, artesanatos e também um exemplar taxidermizado do segundo maior tubarão branco já capturado, com mais de 7 metros. Ao lado do museu se encontra uma antiga construção, a qual os moradores chamam de parede de pedras, que pode ser observada na *foto 2*, assim como a fachada do museu e alguns itens de acervo.



Foto 2: Museu Municipal de Cananéia, Parede de Pedra que fica ao lado do Museu, Acervos do Museu: instrumentos de fandango e o tubarão.

- **Alameda do descobrimento:** localizada na Praça Vereador Hélio França Fortes, com uma arquitetura bastante envolvente, tem como atrativo uma galeria de “plaquetas” enormes em exposição permanente, contendo os marcos da história, os atrativos naturais, culturais e religiosos de Cananéia. Quando estava sendo construída, imaginava-se que seria um lugar a mais que poderia servir de atrativo turístico, mas a praça encontra-se em estado de abandono.

- **Igreja de São João Batista:** foi a primeira Igreja construída em Cananéia, sua construção se deu no século XVI, de alvenaria, também com a mesma mistura chamada de berbigão, e é a única construção com características de fortaleza, uma vez que possui aberturas estreitas e compridas, chamadas de seteiras, que serviam para a proteção de ataques a piratas, pois possibilitava ver o inimigo, sem ser visto. Erguida pelos jesuítas em 1577, a construção foi restaurada em 1769. Nela, há uma imagem de São João Batista, esculpida em madeira e ornamentada com prata.



Foto 3: Igreja São João Batista em Cananéia, que também funcionava como Forte, as seteiras ficam na parede do lado da torre, que é o lado voltado para o mar.

- **Rua do artesanato:** composta por várias barracas de alvenaria (*foto 4*), construídas pela prefeitura, possui grande quantidade de produtos de vários tipos: artesanais e industrializados, além de comidas e bebidas.



Foto 4: Rua do Artesanato

- **Figueira Centenária:** segundo a lenda, um pássaro depositou, séculos atrás, sobre o limo que envolvia um pilar construído na época de Martin Afonso de Souza (1531), sementes de figo que geraram a enorme árvore, envolvendo o pilar, a qual pode ser vista na *foto 5*. A figueira encontra-se no caminho que leva à trilha do Morro São João.



Foto 5: Figueira Centenária

- **Pier municipal:** localizado as margens do Mar de Cananéia, passou por uma reforma em novembro de 2007, com a qual ganhou uma ampla calçada, que permite uma vista excelente

do mar de Cananéia, do morro São João e dos botos cinza. Do píer saem escunas para passeio pelas ilhas.



Foto 6: Píer Municipal, após a reforma.

Culinária

Um dos pontos fortes de Cananéia é sua especialidade em frutos do mar e comidas típicas como caldeirada de frutos do mar, peixe na telha, ostras gratinadas e “in natura”, lula recheada, moqueca de camarão, tainha assada e recheada. Todos estes pratos representam uma grande variedade culinária facilmente encontrada nos restaurantes locais.

Danças

O município apresenta também danças folclóricas como o Fandango, baile que reúne diversas danças regionais denominadas “marcas de fandango”, com coreografia própria e dividida em 2 grupos, bailadas e rufadas, sendo a primeira para homens e mulheres e a segunda somente para homens. Há ainda a “Reiada”, também chamada de “Folia de Reis”, sendo um folguedo de cunho religioso que se desenvolve entre o Natal e o Dia de Reis (06 de Janeiro), com a intenção de reproduzir a viagem dos Reis Magos a Belém, por ocasião do nascimento de Cristo. Os integrantes executam o canto de maneira compenetrada, erguendo a viola em posição de respeito, quando os versos cantados falam de Cristo. Os instrumentos da Reiada são a viola de rabeca e um triângulo.

Comunidades Tradicionais

Em Cananéia, principalmente na Ilha do Cardoso, existem algumas comunidades caiçaras, com forte influência cultural indígena, que desenvolveram um apurado conhecimento sobre a natureza. São formadas, em sua maioria, por pescadores que começam a ter o turismo como fonte alternativa de renda.

- **Comunidade Pontal do Leste:** é uma vila constituída por dezesseis famílias de pescadores tradicionais, num total de 58 pessoas. Trata-se de um povoado unido e afetivo, que tem na família seu maior bem. A infra-estrutura da vila é rústica, as casas são bem simples, algumas são de madeira e outras de alvenaria, o saneamento é feito através de fossas sépticas individuais para cada casa e a iluminação é obtida através de coletores de energia solar, ou através de geradores.

A vila possui uma singela igreja, escola de ensino fundamental, uma quadra de vôlei e um restaurante comandado pelas mulheres dos pescadores, que desde 2004 formaram uma associação para administrá-lo.

A economia local é baseada na pesca e na venda, principalmente da tainha e do robalo. Em meados de 2000 foi implantada, com muito sucesso, a criação de mexilhão utilizando o sistema “long line” de cultivo, que consiste em uma técnica de criação desenvolvida pelo Núcleo de Pesca e Aqüicultura do Instituto de Pesca do Estado de São Paulo. O turismo está começando a ser uma fonte alternativa de renda. A vila é um local muito tranquilo, os moradores têm uma rotina também muito sossegada, que se inicia cedo e termina cedo, e o interessante é que recebem os turistas com muita hospitalidade, mas fazem questão de ter seu modo vida respeitado.

- **Núcleo Perequê:** antigo CEPARNIC (Centro de Pesquisas Aplicadas em Recursos Naturais da Ilha do Cardoso), mas agora denominado Núcleo Perequê. Foi construído com o objetivo de abrigar pesquisadores e alunos, possui alojamentos para 70 pessoas, laboratórios, sala de reuniões e outras instalações adequadas ao desenvolvimento de cursos de educação ambiental, estudos do meio e práticas ecoturísticas. Localizado na parte nordeste da Ilha e próximo à praia de Itacuruça, o núcleo possui boa infra-estrutura para visitação. A partir do núcleo é possível conhecer várias trilhas e localidades.

- **Núcleo Marujá:** localizado ao sul da Ilha, possui cerca de 150 habitantes que sobrevivem da pesca e do turismo. Na alta temporada dedicam-se mais ao turismo e à pesca na baixa temporada. Dispõe de infra-estrutura de visitação e hospedagem, com pousadas rústicas, áreas de camping, bares e restaurantes.

- **Ararapira:** conhecido como bairro fantasma, é um antigo e pequeno vilarejo surgido nas margens do braço do mar. Construído com a intenção de ser um próspero povoado, hoje não passa de um local abandonado, pois o vilarejo foi sendo engolido pelas águas do mar e seus habitantes foram obrigados a deixar suas casas. Hoje, restam apenas algumas casinhas e um ou outro morador.

- **Bairro do Mandira:** é uma comunidade de caiçaras e quilombolas que sobrevivem, principalmente, da coleta de ostras. A comunidade está estabelecida na área desde o final do século XVIII e em 2002 foi reconhecida como comunidade quilombola.

Durante muito tempo a coleta de ostras foi feita pela população do bairro nos manguezais, sem preocupações sanitárias e muito menos com preocupações ambientais. Porém, há alguns anos, com o apoio do Instituto de Pesca do Estado, do Instituto Florestal e da Fundação Florestal, ligada à Secretaria do Estado de São Paulo, o local passou a ser uma reserva extrativista (REMA- Reserva Extrativista do Bairro do Madira). O projeto de criação da Reserva tem como objetivo assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, garantindo os meios de sobrevivência e a preservação da cultura da população local. O projeto foi premiado pelo Ministério do Meio Ambiente, e com a verba obtida com o prêmio foi possível a criação da Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananéia (Cooperostra).

Fundada em 1997, a entidade é formada por 43 pequenos produtores, que utilizam mão-de-obra familiar. O projeto é coordenado pela Fundação Florestal e pelo Instituto de Pesca e conta também com vários parceiros, entre órgãos públicos e privados. Na cooperativa são comercializadas, em média, 3,2 mil dúzias de ostras por mês, sendo que este número cresce na alta temporada, segundo Milton Wolf, gerente administrativo da cooperativa. Os produtos da Cooperostra possuem selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), o que garante a qualidade ao produto. Todo o processo, desde a coleta no mangue à embalagem (feita com bagaço de cana reciclada), é ecológico e não deixa resíduos.

2.2.2 ATRATIVOS NATURAIS

O município de Cananéia é formado por várias ilhas: Cananéia (sede), Cardoso, Bom Abrigo, Cambriú, Castilho, Figueira, Casca e Pai do Mato, nas quais se destacam quilômetros de praias, inúmeras cachoeiras e quedas d'água. Destacamos a seguir os principais pontos turísticos do município:

- **Cachoeira do Pitu:** situada no Morro São João, é uma pequena cachoeira com piscina natural e vegetação bastante densa. É a mais próxima do centro de Cananéia (13 km) e também a mais urbanizada.
- **Cachoeira do Mandira:** pequeno salto com piscina natural, localizada na Reserva Extrativista do Mandira, na estrada Itapitangui em direção ao bairro do Ariri. É uma cachoeira com forte correnteza e na época da chuva suas águas apresentam turbulência e a correnteza fica ainda mais forte. No local se encontram ruínas do período colonial.
- **Morro São João:** com altura de aproximadamente 130 metros, possui uma trilha de forte acive, mas que propicia avistar o relevo da região, a Ilha Comprida, a Ilha do Cardoso e a cidade de Cananéia.



Foto 7: Morro São João, visto do píer municipal.

- **Salto do rio da Minas:** situada em propriedade particular, é umas das mais belas cachoeiras da região, a piscina formada pela cachoeira é bem grande e funda, o que requer muito cuidado dos visitantes.



Foto 8: Cachoeira Rio das Minas

- **Ilha do Bom Abrigo:** localizada próximo a barra do mar de Cananéia, seu ponto mais alto chega a aproximadamente 140 m de altitude. A Ilha é praticamente rodeada por costões rochosos, assim naturalmente protegida pelas fortes tempestades que ocorrem em determinadas épocas do ano, fato que deu nome a Ilha. A Ilha possui também um farol, que permite ter uma ampla visão de sua bela paisagem.

Praias

Com exceção da primeira praia, todas se localizam na Ilha do Cardoso. Pela característica geográfica do local, cujo litoral é pouco recortado, as praias têm longos trechos de areia e são praticamente desertas. Em algumas das praias vivem comunidades tradicionais de pescadores, sendo que algumas destas famílias oferecem pousadas e refeições aos turistas.

- **Pereirinha:** com areias bem claras, é a praia mais próxima da cidade de Cananéia. Localizada dentro do lagamar, na boca de saída do canal para o mar aberto.

- **Marujá:** Situada numa faixa de 18 km de areias claras e onduladas, abriga uma vila de pescadores, que recebe turistas nos finais de semana, férias e feriados. Com infra-estrutura incipiente, o local é procurado por quem busca tranquilidade e contato direto com a natureza.
- **Ipanema:** praia muito boa para mergulhos livres, pois possui uma espécie de círculo de pedras que forma uma piscina natural. Acesso a pé.
- **Camboriú:** Acesso por barco (2 horas de Cananéia). Muito boa para os praticantes de mergulho.
- **Kayan:** praia selvagem e bem tranqüila, deserta. O acesso é feito por trilhas.
- **Itacuruça:** também chamada de praia do Perigo, por causa dos inúmeros acidentes ocorridos com barcos nas suas proximidades. Os bancos de areia que possui formam obstáculos que dificultam a navegação local. Nesta praia ficava uma cruz de pedras, achada em 1767, a qual era o marco do Tratado de Tordesilhas. Atualmente existe no local uma réplica do marco do Tratado, (*Foto9*) que foi erguida no mesmo local que o original, já que este se encontra no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.



Foto 9: Réplica do marco do Tratado de Tordesilhas na Ilha do Cardoso, na Praia de Itacuruça.

- **Fole Pequeno:** deserta e selvagem, recebe esse nome porque suas rochas produzem um som parecido com um fole quando as ondas “estouram” nas marés altas. O acesso é feito por barcos ou por trilhas.

- **Fole Grande:** praticamente grudada à praia Fole Pequeno, pois são separadas apenas por um grupo de rochas. Possui as mesmas características da Fole Pequeno.

- **Laje:** é chamada assim porque as rochas que ficam junto à praia possuem superfícies planas, como lajes, que atraem muitos adeptos da pesca esportiva.

- **Morretinho:** Selvagem como quase todas as praias de Cananéia, possui areias finas e claras. Muito boa para camping.

- **Parque Estadual da Ilha do Cardoso:** Em 1962, por um decreto do Governo, a Ilha do Cardoso transformou-se em Parque Estadual, considerando a necessidade de preservação da fauna, flora e, principalmente, dos sítios arqueológicos dos Sambaquis. O Parque pertence ao município de Cananéia e integra o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, que se estende pelo litoral paulista desde Peruíbe até Paranaguá, já no estado do Paraná.

O Parque abrange uma área de 15.100 ha, onde são encontrados vários tipos de ecossistemas associados à Mata Atlântica costeira, os quais proporcionam uma ampla variedade de ambientes e uma grande diversidade biológica.

As praias, os costões rochosos e as dunas podem ser vistos na face da Ilha que recebe as águas do oceano, onde se localizam praias. Os manguezais se formam na face oposta, no Canal do Ararapira e na Baía de Trapandé; além disto, uma extensa restinga cobre a maior parte da planície litorânea da Ilha. Nessa Ilha são encontrados ainda numerosos sambaquis, ruínas da ocupação humana, e a réplica do marco do Tratado de Tordesilhas, o que também confere importância histórica ao Parque.

Sua superfície é constituída por uma porção central formada por um maciço de rochas cristalinas, com vários picos proeminentes e altura de até 900m. No seu entorno, há planícies marinhas com trechos de cordões litorâneos a leste e planícies de maré com ocorrência de manguezais e dunas a oeste, na face voltada para a Baía de Trapandé e Canal de Ararapira (MAGALHÃES, 2003, p.107).

Ainda segundo Magalhães (2003), por apresentar gradiente de altitude variando do nível do mar até 900 m, a Ilha detém considerável representatividade de ambientes da Mata Atlântica, com cobertura vegetal característica das grandes altitudes, das encostas e das planícies. Levantamentos botânicos preliminares já revelaram a existência de 986 espécies vegetais.

Na Ilha chove cerca de 150 dias por ano, com maior intensidade no verão, perfazendo índices anuais superiores a 3.000 mm. Tais índices a tornam um importante fornecedor de água doce para o complexo estuarino-lagunar.

O Parque é considerado um dos principais espaços de abrigo para a proteção de animais silvestres, muitos ameaçados de extinção ou em perigo, como o jacaré-do-papo-amarelo, a suçuarana, a anta, a jacutinga e o papagaio-de-cara-roxa. Ali se encontram cerca de 90 espécies de mamíferos e 458 de aves, sendo 22 em extinção. Muitas espécies também usam o local como área de descanso ou alimentação, durante deslocamentos ou migrações.



Foto 10: Ilha do Cardoso, face que recebe as águas do Oceano.

Na área do Parque vivem comunidades tradicionais de caiçaras em Itacuruçá, Marujá, Cambriú, além de famílias ribeirinhas ao longo do Canal de Ararapira, mantendo práticas costumeiras de construção, agricultura e pesca de subsistência.

O Parque é administrado pelo Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.



Foto 11: Ilha do Cardoso

Na Ilha é possível percorrer várias trilhas, sendo que todas as trilhas partem do núcleo Perequê, aonde chegam os barcos vindo de Cananéia.

- **Trilha do Poço das Antas:** planície litorânea, o rio Perequê e parte da mata que encobre as encostas dos morros são os atrativos que podem ser observados nessa trilha, que tem aproximadamente 2,5km de extensão, os quais são percorridos com facilidade.

- **Trilha do Morro das Almas:** com extensão de 2 km e também com fácil caminhada, essa trilha permite observar como a vegetação vai se modificando conforme se caminha da planície litorânea em direção às encostas da Serra do Mar. Podem ser vistas também várias espécies de bromélias durante o percurso.

- **Trilha do Mangue:** seguindo o curso do rio Perequê até a praia do Pereirinha, são aproximadamente 700 m de percurso, nos quais é possível observar a rica fauna e a diferenciada vegetação de mangue.

- **Trilha do Sambaqui e do Costão Rochoso:** essa trilha percorre o interior de uma mata de encosta, levando aos Sambaquis que se encontram em meio a essa mata, sendo possível também observar as formações rochosas.

2.3 O MUNICÍPIO DE IGUAPE

Iguape foi oficialmente fundada em 1538, segundo Fortes (2000), em uma área de disputa entre portugueses e espanhóis, por estar próxima à linha imaginária do Tratado de Tordesilhas.

Seu primeiro núcleo de povoamento teve início na barra de Icapara, porém, como sua localização facilitava ataques de corsários e piratas, no início do século XVII o povoado se transferiu para o local onde hoje se encontra a sede do município. Icapara hoje é uma pequena vila de pescadores, com peculiaridades de um povoado do início da colonização (PEREIRA, 2005).

De acordo com Fortes, (2000), desde o início da colonização a cidade teve dois importantes ciclos econômicos: o ciclo do ouro, no período de 1560 até aproximadamente 1670, e o ciclo do arroz, que foi de 1780 até 1930.

Durante muito tempo, Iguape foi um local que esteve em evidência em todo Vale do Ribeira, em função da presença do rio Ribeira, que facilitava sua comunicação com o interior de toda baixada do Vale e permitia o escoamento dos produtos de seus dois principais ciclos econômicos.

Porém, com a abertura do canal Valo Grande, e conseqüente assoreamento do Mar Pequeno, nas proximidades do Porto Grande, impedindo a entrada de navios de grande porte, toda importância econômica de Iguape foi perdida. Junto a este fator, Pereira (2005) cita a falta de união entre os agricultores e políticos; a disputa pelo poder entre dois grupos conservadores que dominam a política local desde a década de 30; a precariedade da lavoura do arroz e a concorrência com outros centros produtores de arroz, mais desenvolvidos, no estado de São Paulo, como fatores que também contribuíram para o declínio econômico de Iguape.

Apenas a partir de meados da década de 1940, com o surgimento de algumas indústrias de pesca e de palmito, além da lavoura de banana, a economia local saiu da completa estagnação, com o estabelecimento dessas atividades e a conseqüente geração de empregos.

Atualmente, suas principais fontes de renda são a pesca industrial e esportiva, respectivamente da manjuba e do robalo, o cultivo de banana, chuchu e maracujá, além das atividades turísticas, mas que por falta de infra-estrutura e de um planejamento municipal são pouco aproveitadas e desenvolvidas de maneira pouco lucrativa.

Possui uma população é 29.115 habitantes, de acordo com dados de 2008 do Seade, e apresenta baixos números de IDH. A maior parte da população vive na zona urbana do município, cerca de 80%. Iguape tem um centro comercial mais desenvolvido do que Cananéia, o que permite empregar maior número de pessoas. Mesmo assim, as condições de vida de uma significativa parcela da população são precárias.

2.3.1 ATRATIVOS CULTURAIS

Patrimônio Cultural

O município de Iguape concentra um dos maiores e mais importantes conjuntos arquitetônicos coloniais do estado de São Paulo, com imóveis tombados pelo CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, artístico, Arqueológico e Turístico do estado de São Paulo. São ruas estreitas, monumentos históricos, igrejas e casarões construídos nos séculos XVIII e XIX, numa área definida como *centro histórico*.

Como comumente observado no litoral brasileiro, Iguape teve em sua civilização material uma arquitetura de pedra e cal. As pedras retiradas dos costões e dos fundos dos rios, a cal das conchas retirada dos sambaquis, misturadas com óleo de baleia, davam origem a uma massa chamada *berbigão*. Entretanto, Iguape não teve influências arquitetônicas variadas. A arquitetura iguapense tem o seu caráter próprio, tendo permanecido no isolamento, e por isso pode ser considerada despojada e singela. Por esse caráter peculiar, deve ser preservada e, inclusive, funcionar como elemento atrativo para o município.

É importante destacar que sua área envoltória possui muitos imóveis não tombados, mas com características relevantes de interesse arquitetônico, apresentando pequenas descaracterizações sofridas ao longo do tempo.

O centro histórico é a principal área de comércio do município, fato que faz com que muitos imóveis sejam apropriados por estabelecimentos comerciais ou atrativos culturais. Em geral os estabelecimentos comerciais procuram valorizar suas fachadas, com predominância de cores fortes como laranja, verde, amarelo e vermelho, como é possível observar na *foto 12*.



Foto 12: Centro Histórico, Praça da Basílica.

Vale ressaltar que o centro histórico se caracteriza pelo conjunto arquitetônico tombado e que, portanto, não se limita à Praça da Basílica, mas engloba todo seu entorno e ruas circundantes. Desta forma alguns dos imóveis que o compõem são:

- **Basílica do Bom Jesus de Iguape:** Templo católico de estilo barroco, fundado em 8 de agosto de 1856, construído em pedra, argamassa e óleo de baleia, por escravos, entre os séculos XVIII e XIX. Por sua imponência e grandiosidade, pode ser avistado de diversos pontos da cidade. O valor histórico da Igreja ocorre em função da presença das imagens do Senhor Bom Jesus de Iguape e Nossa Senhora das Neves, que atraem muitos visitantes. De acordo com informações da comunidade local, no ano de 1647 a imagem do Senhor Bom Jesus foi embarcada por portugueses católicos com destino ao Brasil. A viagem seguia tranqüila até que, no litoral de Pernambuco, avistaram um navio pirata. Temerosos com o que poderia acontecer com a imagem, colocaram-na em uma caixa e jogaram no mar. Esta seguiu em direção ao litoral sul da costa brasileira, chegando ao litoral do estado de São Paulo. Dois índios que se dirigiam à Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, quando avistaram a caixa, movidos pela curiosidade, abriram-na, mas como deveriam seguir viagem e não poderiam levá-la, deixaram a imagem na areia com o semblante voltado para o nascente. Quando retornaram avistaram a imagem com o semblante voltado para o poente, e assim levaram tal informação para a comunidade, que decidiu levá-la à Vila de Iguape. No entanto, ao transportá-la repararam que quando mudavam a imagem da direção da Vila de

Iguape ela adquiria um peso que era impossível de transportá-la, e quando a direção da vila era retomada, a imagem ficava leve. Finalmente, no dia 02 de novembro, a imagem chegou à igreja Matriz. Atualmente está no altar da Basílica, que é a nova Matriz, inaugurada em 8 de agosto de 1856.

A Basílica é uma construção histórica que levou mais de 30 anos para ser construída, tendo sido iniciada no final do século XVIII e concluída no início do século XIX. Toda a lenda que envolve o histórico do Senhor Bom Jesus de Iguape e a cultura religiosa dos católicos, somadas ao estilo arquitetônico da edificação da Basílica, atraem muitos visitantes durante todo ano.

A Basílica agrega ainda a Sala dos Milagres, que contém inúmeros objetos deixados por fiéis em forma de agradecimento pelos milagres alcançados, os quais são atribuídos aos padroeiros da cidade. Esta sala representa a consubstanciação destes inúmeros milagres.

Através da comparação entre as construções antigas e recentes, é possível perceber que todo crescimento da cidade, assim como ocorreu em várias cidades brasileiras, foi acontecendo em volta da Basílica. Mas, o que confere peculiaridade a Iguape é que a Basílica do Bom Jesus de Iguape continua sendo a edificação mais alta e imponente de todo município, podendo ser vista de vários pontos da cidade, como pode ser observado na *foto 13* abaixo.



Foto 13: Basílica do Bom Jesus de Iguape, a edificação se destaca dentre todas do município.

- **Igreja de São Benedito:** Construção do final do século XIX, que faz parte do patrimônio arquitetônico do município. Segundo os moradores, a comunidade de São Benedito foi

formada após um conflito entre os membros da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, e durante o período de formação foi bastante freqüentada por negros.

A praça localizada em frente à igreja otimiza o cenário local composto pela simplicidade e tranqüilidade. No entanto, como Iguape tem uma conotação religiosa muito forte por conta do histórico da imagem do Senhor Bom Jesus, a igreja de São Benedito também é muito visitada por fiéis de outras localidades, não somente na festa de São Benedito, mas também na festa do Senhor Bom Jesus de Iguape.

- **Museu Histórico e Arqueológico:** Está instalado no prédio da antiga Casa de Fundição de Ouro, considerada a primeira do Brasil, construída no século XVII. Entre as peças do acervo do museu existem documentos, painéis gráficos e fotográficos, sobre a escravidão e os ciclos do ouro e do arroz. Na exposição arqueológica há objetos líticos ósseos e cerâmicos, confeccionados por grupos humanos pré-históricos do Brasil, inclusive pelo chamado “Homem de sambaqui”, cujos vestígios datam de cinco mil anos.

- **Fonte do Senhor:** A existência da fonte do senhor refere-se basicamente à história da imagem do Bom Jesus de Iguape, já mencionada anteriormente. A Fonte do Senhor é um recanto turístico localizado no Parque Florestal Municipal do Morro do Espia. Possui uma área de lazer, com vasta vegetação e muita tranqüilidade. Abriga uma gruta onde, conta a história, foi lavada a imagem do Senhor Bom Jesus de Iguape.



Foto 14: Fonte do Senhor

- **Museu de Arte Sacra:** Instalado na entrada lateral da Igreja do Rosário, a qual foi construída no século XVIII, o Museu de Arte Sacra recebeu reforma no prédio e restauração

em seu acervo, constituído por cerca de 100 peças dos séculos XVIII e XIX, envoltas em vitrines de acrílico. Entre elas encontram-se santos, pratarias, estandartes religiosos, um púlpito de madeira do século XIX, que foi utilizado por um longo período na Basílica, e finalmente a réplica da tão conhecida imagem do Bom Jesus de Iguape. A *foto 15* mostra a fachada da Igreja



Foto 15: Igreja do Rosário, que abriga o Museu de Arte Sacra

- **Centro de Interpretação Ambiental:** Espaço com exposição de painéis e maquetes com informações sobre a mata atlântica, o manguezal, as praias, além da cultura e história da região do Lagamar. O Centro é sede da Fundação S.O.S Mata Atlântica. Possui biblioteca, videoteca e banco de dados com informações sobre os atrativos e infra-estrutura turística da região.

- **Centro Cultural:** Espaço mantido pela Prefeitura de Iguape, é reservado para exposições, oficinas culturais, peças teatrais, dentre outras atividades ligadas à cultura. Está instalado em uma construção do século XIX, no centro histórico da cidade.

Danças

- **Reisada ou Reiada (Folia de Reis):** Constitui-se, em média, de quinze pessoas que vão às residências durante os meses de dezembro e janeiro - geralmente até o dia seis, quando é comemorado o Dia de Reis. Através de música, canto e dança, falam da visita dos três Reis Magos ao Menino Jesus. Os cantores, caracterizados com vestimentas da época, utilizam instrumentos musicais como violas e rabecas, que dão o tom à festa.

- **Marujada:** dança e canto representando uma guerra marítima entre portugueses e mouros, sendo que no final vencem os portugueses que estão sob a proteção da Virgem Maria. A encenação geralmente é realizada em praça pública com um belo figurino.

- **Zé Pereira:** Em Iguape, a tradição do Zé Pereira chegou no início do século XX, mantendo-se até hoje, com uma bateria formada por cerca de 20 integrantes que utilizam basicamente três instrumentos: o prato, o bumbo e a caixa de repique. Conta a história que Zé Pereira era um comerciante português que, por sentir saudades de sua terra natal, quis reviver uma antiga festa portuguesa. Foi então que, no ano de 1846, reuniu alguns amigos e saiu tocando bumbo pelas ruas do Rio de Janeiro em época de carnaval, fazendo assim o seu próprio carnaval, longe dos tradicionais clubes da época, que recebiam a aristocracia brasileira. Desde 1980, o Bloco do Zé Pereira sai às ruas de Iguape para animar as noites de carnaval.

- **Juritica:** Em Iguape, a tradição da Juritica começou em 1960 quando funcionários públicos resolveram fazer algo diferente para animar o carnaval iguapense. Assim, nasceu a Juritica, um bonecão de 4 metros de altura, com a cabeça de papelão e o corpo feito de tecido, que sai nas ruas nos dias de carnaval, seguindo o toque marcado do também tradicional Zé Pereira. As Juriticas de Iguape freqüentemente representam a tradição carnavalesca do município em diversos eventos culturais, como o “Revelando São Paulo”, bem como em outros eventos realizados em diversas regiões do Estado e do país.

- **Fandango:** é uma dança de origem portuguesa, que freqüentou palácios e movimentou a aristocracia brasileira e, posteriormente, foi adotada pelo povo. Na região sul, assim como em Iguape, o fandango é uma dança individual ou de grupo, que varia de acordo com os passos utilizados. No fandango praticado em Iguape, os pares dançam sem se tocar, em diferentes passos. O Valsado é outro tipo de dança do fandango, onde os casais dançam juntos, movidos ao som dos grupos de violeiros. Há também o fandango com tamanco, mais explorado pela comunidade quilombola do bairro Morro Seco, um remanescente de Quilombo existente no município. Vários grupos ainda preservam essa dança em Iguape, com destaque para a Associação de Jovens da Juréia – AJJ.

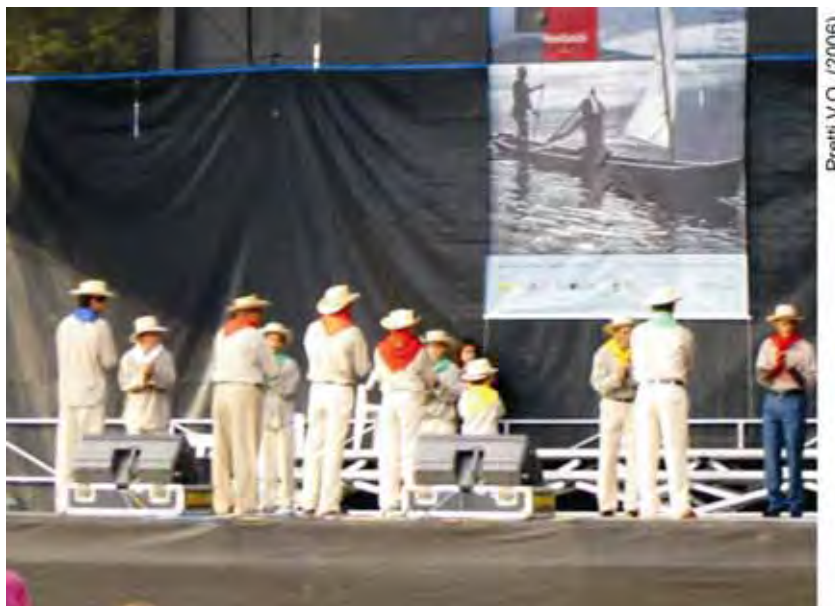


Foto 16: Sandália de Prata, grupo de fandango formado por moradores locais em apresentação no festival “Revelando São Paulo” sediado na cidade.

Festas Religiosas

A religiosidade é um ponto marcante do povo de Iguape, que através de seus símbolos e costumes imprime marcas dessa religiosidade no local, deixando claro o efeito do poder do sagrado, que reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo na população.

As festas religiosas ocorrem o ano todo em Iguape, atraindo centenas de pessoas, que movidas pela fé, ou simplesmente pela curiosidade, visitam o município. Por isto o turismo religioso pode se apresentar como um segmento turístico de grande importância para o município. As festas religiosas que se realizam em Iguape durante o ano são:

- **Festa de São Benedito:** Acontece de 03 a 06 de janeiro, na Praça São Benedito, com Tríduo (festa que dura três dias consecutivos), procissão, missas, quermesse.

- **Festa de São Sebastião:** Realizada entre os dias 18 e 20 de janeiro, no Bairro Vila Garcês, com Tríduo, procissão, missa e quermesse.

- **Semana Santa:** realizam-se diversas atividades durante toda Quaresma, dando destaque para as atividades da semana Santa. Os eventos são sediados na Basílica do Senhor Bom Jesus, com representação da Via Sacra ao vivo, missas e procissão.
- **Festa do Divino Espírito Santo:** geralmente acontece no mês de Junho, no Centro Histórico, com Tríduo e procissão.
- **Festa de São João Batista:** Realizada no Bairro do Porto do Ribeira, também no mês de Junho, com procissão e quermesse.
- **Festa do Senhor Bom Jesus de Iguape e de Nossa Senhora das Neves:** É a mais tradicional festa religiosa de Iguape, conhecida como “Festa de Agosto”, e atrai milhares de romeiros todos os anos. É realizada entre os dias 28 de Julho e 06 de Agosto, com procissão, novena, romaria e uma feira na qual se vendem os mais variados produtos. Aguardada com ansiedade pela comunidade local, é considerada a segunda maior festa religiosa do estado de São Paulo, depois da Festa de Nossa Senhora Aparecida.



Foto 18: “A Festa de Agosto”. A Basílica com iluminação especial para os festejos, no interior da mesma celebração de missa. Abaixo a tão esperada feira e ao lado faixas que ficam espalhadas pela cidade para lembrar o motivo da realização da festa.

- **Festa de Santo Agostinho:** Acontece no mês de Agosto, na Igreja Santo Agostinho, no Bairro Guaricana, com tríduo, procissão, missa e quermesse.

- **Festa de Nossa Senhora do Rocio:** É realizada em Outubro, no Bairro do Rocio, com Tríduo e procissão
- **Festa de Nossa Senhora da Conceição:** realiza-se no dia 08 de dezembro, no bairro do Icapara, com missa e procissão.

Culinária Tradicional

A culinária de Iguape, apesar de apresentar inúmeras particularidades, é pouco desenvolvida pelos estabelecimentos de alimentação. Os pratos não são sofisticados e neles é possível verificar a relação com as principais atividades agrícolas do município, como a banana, amendoim e o arroz, juntamente com os peixes e frutos do mar. Também apresenta influências indígenas e afro-brasileira, com receitas à base de farinha de milho e de mandioca, como por exemplo o cuscuz e a paçoca de carne-seca, receitas comumente apreciadas pelos moradores.

Artesanato

O artesanato produzido em Iguape é feito com material do próprio município e com técnicas de produção tanto da região, como técnicas trazidas de outras localidades. É importante destacar que o artesanato descrito abaixo é produzido no próprio município, e que muitas das técnicas de produção são passadas de geração a geração.



Pretti, V.O. (2006)

Foto 19: Artesanato Local

- **Cerâmica Utilitária do Jairê:** Utiliza basicamente a argila preta como matéria-prima e as travessas, moringas, vasos, cumbucas e panelas são os principais utensílios produzidos.
- **Cerâmica do Peroupava:** Tem a Argila branca como material básico e produz diversos utensílios, assim como a cerâmica do Jaire.
- **Cestaria:** Com a taquara, os cipós timbopeva e imbê, confeccionam diversos tipos de cestas.
- **Trabalho em junco, sisal, troncos e raízes de árvores:** Com a utilização desses diversos materiais são feitos objetos das mais diferentes formas e para as mais diversas utilidades.
- **Entalhe em madeira:** Tem como principais objetos a Rabeca e a viola branca (instrumentos musicais), além de esculturas e quadros.
- **Papel artesanal:** Confeção de papel artesanal utilizando fibras vegetais de milho, cana-de-açúcar, piri e bananeira, que são transformadas em caixas, cadernos, blocos de anotações, porta-retratos, entre outros objetos. É feito pela Vida Nova – Associação de Papel Artesanal.

As principais formas de comercialização do artesanato produzido em Iguape são os estabelecimentos públicos, como o CITUR (Centro Integrado de Turismo) e a Feira de Artesanato, assim como alguns estabelecimentos privados espalhados pela cidade.

A Feira de Artesanato Local é uma feira permanente, formada pela Associação de Artesãos de Iguape. A feira acontece atrás da Basílica do Senhor Bom Jesus de Iguape, onde estão instaladas aproximadamente 15 barracas (este número varia conforme a época do ano), nas quais é possível encontrar artesanato local, roupas e objetos produzidos, preferencialmente, pela comunidade local. Porém encontram-se também produtos industrializados, o que, de certa forma, descaracteriza a proposta da feira.

O CITUR (*foto 20*) possui 13 barracas para exposição de produtos feitos pelos artesãos locais. Está instalada no espaço do antigo Mercado Municipal, às margens do Mar Pequeno, no centro de Iguape. As pessoas que trabalham no CITUR são os próprios artesãos e a singularidade do local consiste no fato de ter somente artigos produzidos artesanalmente e por moradores do município.



Foto 20: CITUR , onde se comercializam grande parte dos artesanatos feitos em Iguape

Comunidades Tradicionais

Em Iguape, o homem caiçara mantém as características de sua cultura primitiva, fazendo da pesca e da agricultura atividades de grande importância socioeconômicas. Estas atividades são praticadas de forma artesanal, como meio de subsistência. O cerco, o covo e a rede de corrico são utensílios utilizados na pesca da manjuba da tainha, do camarão e do siri. Cerco, covo e a rede de corrico são técnicas artesanais de pesca. O cerco consiste numa rede caracterizada pela existência de um cabo na parte inferior da mesma que possibilita o respectivo fecho como uma bolsa, de modo a reter a totalidade dos cardumes cercados, o covo é um redil de pesca formado por esteiras armadas em paus e munidas de sapatas de chumbo e a rede de corrico consiste em arrastar uma ou várias linhas dotadas com iscas naturais ou amostras

Iguape possui ainda alguns bairros que mantêm as tradições da comunidade caiçara local, dentre eles podemos citar:

- **Bairro do Jairê:** Localizado a aproximadamente 27 km do centro da cidade, o bairro concentra a técnica da confecção de panelas pretas, originárias da cultura indígena. As panelas, bem como gamelas e potes, são feitas a base de argila e, durante a queima, tingidas com casca de jacatirão, uma árvore nativa de Mata Atlântica.

- **Bairro do Icapara:** Fica a aproximadamente 10 km do centro da cidade. O bairro foi a primeira localidade habitada no início da colonização, por volta de 1538 (data oficial da fundação de Iguape). É conhecido por abrigar muitas famílias de pescadores e, por isso, é um dos poucos bairros que ainda mantém viva a tradição e cultura caiçara.



Foto 21: Bairro de Icapara, Praça do tradicional bairro caiçara.

- **Bairro do Rocio:** O rocio fica distante a cerca de 3 km do centro da cidade, é um bairro de pescadores, bastante conhecido pelos pesqueiros localizados no local e pela associação “Panelas Pretas”, criada para produzir e confeccionar as tradicionais panelas de barro.

- **Quilombo do Morro Seco:** Bairro distante cerca de 60 km do centro da cidade, abriga uma cultura de características peculiares, já que consiste em um remanescente de quilombo. Cerca de 30 famílias do bairro desenvolvem a técnica do artesanato em fibra de banana, com o trabalho em máquinas de tear, além das cestarias fabricadas basicamente com cipó.

2.3.2 Atrativos Naturais

Os atrativos e recursos naturais de Iguape se caracterizam pela diversidade da vegetação e pelos acidentes geográficos. A diversidade de elementos naturais constitui-se na principal oferta à atividade turística, e também se apresenta como um desafio para o planejamento do turismo local.

Os principais atrativos naturais foram destacados com o auxílio da população local, da prefeitura municipal, além da realização de inúmeros trabalhos de campos. Foi considerado como potencial natural o conjunto de formações físicas (geomorfologia local) e biológicas (fauna e flora) que se apresentam, no município, com características excepcionais, e, portanto, de grande interesse para a atividade turística, em especial o ecoturismo.

Os principais pontos turísticos destacados são:

- **Porto do Ribeira – Entrada da Cidade:** Local onde aportavam embarcações que desciam o Rio Ribeira, especialmente no século XIX, quando então Iguape tinha uma extensa produção de arroz.

- **Valo Grande:** Canal aberto no início do século XIX para facilitar o acesso das canoas que faziam o transporte do arroz e de outros produtos do Porto do Ribeira ao Porto Grande. Sua abertura foi um dos principais elementos causadores do declínio da produção de arroz, pois a pequena vala transformou-se num imenso braço de rio de mais de 200 metros de largura em alguns trechos.



Foto 22: Entrada da Cidade, rio Ribeira.

- **Mar Pequeno e Manguezais:** É um braço de mar que isola a Ilha Comprida do continente (Iguape), até o ponto que se bifurca, na ponta norte da Ilha de Cananéia. Possui algumas ilhotas, que lhe dão um aspecto de canal anastomosado. Em praticamente todos os trechos suas bordas são recobertas de manguezais



Foto 23: Mar Pequeno, entre Iguape e Ilha Comprida.

- **Sede do IBAMA:** Área localizada ao sopé do Morro do Espia, dentro do Parque Municipal de mesmo nome. Abriga o escritório regional do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com salas de trabalho, auditório, área para pesquisadores, alojamentos, e um centro de triagem de animais silvestres, apreendidos pela Polícia Ambiental na região do Vale do Ribeira e em outras regiões.

- **Sítio Arqueológico “Caverna do Ódio”:** Localizado no sopé do Morro do Espia, é composto por um conjunto de rochas, nas quais encontram-se restos de sambaquis. Ocupado por períodos sucessivos de curta duração, o abrigo, conhecido como "Caverna do Ódio", serviu a um pequeno grupo que aí se instalou para pescar e coletar moluscos. O local é, hoje, um sítio arqueológico onde se encontram possíveis vestígios de ações destes grupos (sambaquis).

- **Trilha Ecológica do Morro do Espia:** A trilha pode ser iniciada ou finalizada a partir de quatro pontos: a sede do IBAMA, a Fonte do Senhor, o Mirante do Cristo Redentor e a antiga Fazenda da Porcina. Durante o percurso podem-se observar variadas espécies da flora da mata atlântica, como figueiras, embaúbas, bromélias e orquídeas, além da paisagem de toda a cidade, pelo mirante da Pedra Lisa, o ponto culminante da trilha. Na trilha existem alguns trechos que possuem cursos d’água, formando pequenos riachos com água cristalina e potável.



Foto 24: Entrada da Trilha do Morro do Espia.

- **Mirante do Cristo e Morro do Espia:** O Mirante do Cristo Redentor localiza-se no Morro do Espia, em área coberta por vegetação rasteira de gramíneas, a 80 metros da base. Do Morro, pode-se avistar a parte urbana de Iguape, a Ilha Comprida, o Estuário Lagunar do Mar Pequeno, o Valo Grande e, ao longe, a Ilha de Cananéia e Ilha do Cardoso. O acesso pode ser feito com carro de passeio, motos, bicicletas ou a pé. É um ponto que permite ter uma visão privilegiada das belas paisagens do município.



Foto 25: Mirante do Cristo no Morro do Espia.



Pretti, V.Q. (2006)

Foto 26: Morro do Espia e Mar Pequeno.

- **Outeiro do Bacharel:** Morro coberto por vegetação rasteira de gramíneas, localizado no bairro do Icapara. Possui uma trilha de aproximadamente 1km, a partir do centro do bairro que leva ao pico onde se encontra o farol utilizado para sinalizar as embarcações que adentram ao Mar Pequeno. Do local avista-se a Barra do Icapara, o encontro do Rio Ribeira de Iguape com o Oceano Atlântico, a Ilha Comprida, o Maciço da Juréia e os ecossistemas associados de Mata Atlântica como restinga e manguezal.

- **Trilha da Vila Alegria:** A trilha se inicia no bairro Barra do Ribeira com a travessia do Rio Suamirim, seguida de caminhada sobre o mangue, através de uma passarela construída em madeira, com cerca de 300 metros. O passeio inclui visita a um casarão construído no século XIX.

- **Praia do Leste:** Praia formada a partir do assoreamento do Rio Ribeira de Iguape, possui uma orla de aproximadamente 600m de comprimento, com águas límpidas e correnteza de forte intensidade. A presença de uma lagoa de água doce torna-a possuidora de uma beleza singular. Apresenta ainda extensa vegetação de restinga em freqüente transformação. Está localizada a 15 km do centro da cidade



Foto 27: Praia do Leste.

- **Praia da Barra do Ribeira:** Distante 18 km do centro de Iguape, onde o Rio Ribeira deságua no mar. Local com inúmeros atrativos como o Rio Suamirim e o Rio Ribeira de Iguape. Lugar excelente para a pesca, prática de *surf* e passeios de barco e caiaque. É também a entrada para a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, cujo acesso é feito através da travessia de ferry-boat.

- **Estação Ecológica de Juréia-Itatins:** Área localizada a cerca de 40 km do centro da cidade, com acesso através da Praia da Juréia. Totaliza 80 mil hectares, sendo 80% dessa área pertencente ao município de Iguape. É administrada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e regida por leis ambientais, sendo a visitação pública restrita em grande parte da área. A Estação Ecológica Juréia-Itatins recebeu da ONU, em 1992, o título de Reserva da Biosfera, em função de sua diversidade de flora e fauna. Pela legislação ambiental, 90% da Juréia é intocável e somente 10% podem ser usados para pesquisas científicas e atividades de educação ambiental. Em função de seu amplo potencial, pode ser considerada como prioritária para o desenvolvimento da atividade turística em Iguape.

- **Praia da Juréia:** A Praia é a entrada para a Estação Ecológica da Juréia e seus diversos atrativos. Para chegar até a praia é necessário atravessar o Rio Suamirim de balsa (a pé ou de automóvel). Nos meses de verão a praia recebe uma grande quantidade de turistas, sendo um dos locais mais conhecidos do município.

- **Costão da Juréia:** Núcleo pertencente à Estação Ecológica de Juréia-Itatins, localizado entre a Vila do Prelado e o Costão no Maciço da Juréia. É a porta de entrada para a Trilha do Imperador. No local, ao final da Praia da Juréia, podem-se observar ecossistemas costeiros como dunas, restingas e mata atlântica de planície, seguidos da mata de encosta. O acesso ao Costão depende de horário da maré. O Costão é composto por vários atrativos naturais, todos pertencentes à Estação Ecológica da Juréia, os quais estão descritos abaixo.



Foto 27: Ao longe, Costão da Juréia.

- **Trilha do Imperador:** A Trilha ou Caminho do Imperador recebeu esse nome por servir de passagem de informações entre a sede do Império e outras regiões do Brasil. Em 1871 foi inaugurada a linha telegráfica entre Iguape e Santos, e ainda hoje, na extensão do caminho, podem-se encontrar vestígios dos centenários postes telegráficos, motivo pelo qual também é conhecida por Trilha do Telégrafo. Além disso, também serviu para o transporte de mercadorias entre Iguape e todo o litoral. Segundo os moradores, possivelmente a imagem do Senhor Bom Jesus de Iguape tenha sido trazida para o centro da vila através dessa trilha.

- **Cachoeira do Guilherme:** Comunidade caiçara instalada na área central da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, que há tempos preserva e mantém as tradições e costumes da população local, como a dança típica do fandango. Os moradores convivem em harmonia com a natureza, na prática de atividades de subsistência, com mínimos impactos negativos ao meio ambiente.

- **Cachoeira do Paraíso:** Área de Mata Atlântica com grandes quedas d'água, pertencente ao Núcleo Utinguçu, na Estação Ecológica da Juréia-Itatins, no município de Iguape. Apesar de estar em área de preservação, o lugar é bastante visitado.

- **Despraiado:** É um bairro que recebeu esse nome por causa do rio que o corta, que recebe o mesmo nome, Despraiado. O Bairro está inserido em área de preservação, a 56 km do centro da cidade, via Rodovia Prefeito Casimiro Teixeira (SP-222), sentido São Paulo. O bairro concentra inúmeras cachoeiras, corredeiras e rios. É um dos pontos mais exuberantes do município. As águas das corredeiras e cachoeiras são cristalinas e frias. O acesso aos atrativos localizados nesse bairro é bastante difícil em função das condições das vias que dão acesso ao local e também pela localização das cachoeiras, desconhecidas muitas vezes pelos próprios moradores. Em dias de chuva o acesso é inviabilizado devido aos buracos e deslizamentos de solo.

- **Estação Ecologia dos Chauás:** Localizada no município a cerca de 10 km do centro, possui uma área de 2.700 hectares e tem fundamental importância para a pesquisa sobre caixeta, uma árvore nativa com madeira leve, utilizada especialmente na fabricação de lápis. A Estação é rica em fauna e flora.

CAPITULO III: RELAÇÕES ENTRE TURISMO, CULTURA E POPULAÇÃO LOCAL

3.1- O TURISMO COMO ATIVIDADE SOCIAL

O turismo, como dito anteriormente, é uma atividade dual, porém na maioria das vezes é associado somente à esfera econômica, sendo que dificilmente se faz referência ao seu aspecto social, do qual se podem extrair diversos indicadores importantes para compreensão desta atividade. Neste capítulo vamos focar o turismo como atividade social, para tentar compreender melhor as relações desta atividade com a população local.

O turismo como atividade social é uma das mais antigas atividades humanas, pois as pessoas, historicamente, sempre procuraram a interação com outras pessoas fora de seus lugares. E neste sentido, segundo Carvalho (1999), o turismo pode assumir um papel relevante no conhecimento do próprio homem, pois o lugar faz parte da essência da realização humana. O “estar” é necessário para a construção/realização do “ser”. O homem que conhece outros lugares, quando volta tem uma leitura diferenciada do seu próprio lugar. Pela diferença em relação ao outro resgata sua própria identidade.

Como já mencionado, as pessoas viajam pelas mais diferentes razões: descanso, diversão, trabalho, aprendizado, aperfeiçoamento pessoal, entre tantos outros motivos. Porém em todos os casos as movimentações implicam um contato humano e cultural, o que Funari; Pinsky (2005) chamam de troca de experiências entre viajantes e população local. Essa parece ser mesmo a essência do turismo, pois as pessoas só decidem viajar quando e se querem entrar em contato com outras realidades, ou seja, outros costumes, povos e culturas.

3.2- TURISMO, CULTURA E POPULAÇÃO LOCAL

Quer seja considerada uma propriedade ou atributo inerente aos seres humanos, ou meramente um artifício intelectual para se generalizar convenientemente a respeito de atitudes e comportamentos humanos, “cultura” é uma chave para a compreensão de diferenças e semelhanças entre os homens. Segundo Wagner; Mikesell (2003), o conceito de cultura oferece um meio para classificar os seres humanos em grupos bem definidos, de acordo com características comuns bem identificáveis, e também um meio para classificar áreas de acordo com as características dos grupos humanos que as ocupam.

Ainda Wagner; Mikesell (2003, p.29) afirmam que:

A cultura atribui significado a tudo, desde sons vocais deliberadamente articulados até seres, objetos e lugares. A atribuição de significados, inerente à cultura, orienta a ação (quer vista como simbólica ou utilitária) e resulta, desse modo, em expressões concretas como sistemas de crença, instituições sociais e bens materiais.

A cultura resulta da capacidade dos seres humanos de se comunicarem entre si e também por meio de símbolos. É importante ressaltar que a cultura também está assentada numa base geográfica, pois é provável que só ocorra comunicação regular e compartilhada entre pessoas que ocupam uma área comum.

É possível observar que, atualmente na sociedade, a cultura tem perdido seu caráter singular e se tornado um empreendimento, algo vendável. Ao lado de sua associação ao saber e ao prazer, os monumentos, as tradições, os costumes são colocados à disposição de todos como produtos culturais fabricados, embalados e divulgados para o consumo. Essa transformação do seu valor de uso é, na maioria vezes, realizada pela atividade turística. E esta questão atinge tanto as grandes como as pequenas localidades, talvez, porém, os impactos sejam mais facilmente sentidos nas pequenas.

Quando se discute a relação entre turismo e cultura, a principal preocupação é o impacto cultural provocado pela presença do turista, que tende a conduzir a desconstrução da identidade cultural da comunidade receptora, na medida em que, através do processo de interação social, acaba introduzindo novos hábitos e costumes aos habitantes locais. Estes, por sua vez, se apropriam automaticamente deles, sem que haja um processo que os incorpore criticamente, tornando-os mais um componente de sua cultura e não um traço cultural vindo de fora.

Fruto da sociedade moderna e suas conotações características, o turismo busca a diferença para vender necessidades, constituindo um eixo fundamental da sociedade de serviços. Desta maneira, a preservação da autenticidade das manifestações culturais se apresenta atualmente como uma forma que pode ser encontrada pelas comunidades para resistir às tentativas de homogeneização cultural promovidas, principalmente, pelo processo de globalização. Neste sentido, a globalização pode provocar a ação contrária, de fortalecimento da diversidade cultural.

Segundo Dias; Aguiar (2002), o turista, ao procurar o autêntico, o contrapõe a sua realidade que, ao seu modo de ver, não é autêntica. O fato autêntico buscado pelo turista na realidade é o diferente, aquele não existente em sua realidade cotidiana. Desse modo o exótico, o peculiar, passa a ser categorizado como autêntico, assumindo um importante papel para o viajante.

Por mais paradoxal que possa parecer, embora desempenhe um papel de levar a homogeneização cultural por toda parte, através de hábitos e costumes dos turistas, e da indústria do turismo, o próprio turismo se fortalece da diversidade cultural, pois esta se faz necessária para sua existência e, desse modo, por intermédio de atores diversos (planejadores turísticos, autoridades públicas, entre outros) ocorre um incentivo à consolidação do que é autêntico, ou seja, daquilo que pode satisfazer a curiosidade turística. (DIAS; AGUIAR, 2002, p.142)

Desta forma, as manifestações culturais se adaptam às necessidades de consumo turístico, o que, segundo Dias; Aguiar (2002), pode parecer, à primeira vista, negativo, mas pode ser interpretado de forma positiva, pois a destruição modernizadora daquilo que é antigo não é provocada somente pelo turismo; há outros processos – entre os quais o de urbanização – que contribuem para a destruição das manifestações autênticas. O turismo tem a peculiaridade de revalorizar esses aspectos da cultura popular que, desse modo, assumem nova função na sociedade local: atrair o visitante. De outro modo, essas manifestações poderiam desaparecer, pois deixariam de cumprir uma função social. Porém, com o turismo, há uma nova função social exercida por essas comunidades: afirmar a identidade cultural, atraindo o turista e garantindo uma função econômica que contribua com a renda da comunidade.

Quando bem conduzida, a interação cultura e turismo pode levar a uma revitalização das práticas tradicionais da comunidade, num processo de renascimento das atividades culturais voltadas para o turista, mas

mantendo uma funcionalidade local mais fortemente associada à construção de uma identidade. (DIAS; AGUIAR, 2002,p.143)

Em Iguape, mais do que em Cananéia, podemos perceber claramente que esse sentimento de fortalecimento de sua cultura, da valorização de suas singularidades, está se ampliando. Este fato se torna notável, por exemplo, com a participação entusiasmada dos jovens nos eventos culturais da cidade. Os maiores exemplos dessas atividades estão na encenação da Marujada, da Folia de Reis, do Fandango, da Paixão de Cristo, além dos tradicionais blocos de carnaval. O artesanato também é outra marca da cultura do município, com marcantes influências do negro, do índio e do europeu, embora também se encontrem produtos que já passaram por alguma descaracterização, ou que são produzidos com novas técnicas.

Segundo Azevedo, J. (1998, p.150), a globalização consagra, através do turismo, uma crescente tendência para a integração entre as diferentes escalas geográficas, o que, apesar de inúmeros problemas, abre uma janela de oportunidades para o desenvolvimento local e regional em uma escala planetária, com potencial destaque para as áreas periféricas. Para que esta atração global não ocorra de forma fatal, com perda de identidades socioculturais e comprometimento do meio ambiente, é preciso avançar nas estratégias locais e regionais. Este enfoque pode, na prática, tornar-se subsídio para o encaminhamento de propostas turísticas com base local, reconhecendo nas comunidades tradicionais os elementos da nacionalidade.

Os impactos negativos que podem ser gerados sobre a cultura local, pela intensificação da atividade turística, somente poderão ser minimizados com o planejamento participativo, no qual os atores sociais locais estabelecerão os limites daquilo que pode ser mudado, reinterpretado ou incorporado. Essa descaracterização leva à desvalorização da atividade cultural, e esta só terá utilidade dentro de determinados padrões de autenticidade, os quais devem ser garantidos unicamente pela comunidade.

Os principais problemas socioculturais que podem ser gerados com a implantação mal planejada da atividade turística, de acordo com Dias; Aguiar (2002), são:

- Alteração profunda na comunidade local, pela perda do seu orgulho e identidade cultural, o que ocorre quando busca tornar-se mais aceitável para os visitantes, adotando hábitos e costumes destes;
- Aumento na velocidade e escala em que ocorrem os conflitos culturais e as mudanças daí decorrentes; de modo geral, isso acontece quando se modificam os papéis e as posições sociais dos jovens e das mulheres;

- Adoção, pela juventude local, de novos comportamentos – roupas, linguagem, modas musicais – que fazem-na entrar em choque com os habitantes mais velhos da comunidade local;
- São colocados em risco, muitas vezes, crenças e valores sociais consolidados ao longo do tempo;
- Diminuição ou perda da estabilidade social;
- Comercialização da cultura local para entreter os visitantes, alterando-se suas características e motivações originais;
- Declínio da produção artística local, substituída por objetos introduzidos industrialmente, sem nenhum vínculo com a comunidade receptora e que só aparentam ser “autênticos”. Tais objetos, no entanto, se adequam às necessidades do turista que busca comprar algo aceitável e que perpetue a memória do local visitado;
- Turistas que aparentam riqueza e esbanjamento, quando visitam áreas pobres podem causar inveja e ressentimentos na população local.
- Muito frequentemente os turistas apresentam uma falta de conhecimento cultural e compreensão das comunidades visitadas, incluindo-se valores, estilos de vidas, regras sociais, papel dos eventos culturais, linguagem, etc. Conseqüentemente, muitos visitantes dizem ou fazem coisas que, embora não sejam intencionais, ofendem as populações locais. Por outro lado, algumas vezes também os costumes locais tornam-se ofensivos aos visitantes.

Sabemos que, de forma geral, os contatos entre diferentes culturas são inevitáveis e tenderão a crescer, juntamente com o turismo. A criação de lugares isolados, nos quais os turistas ficam em uma área fechada, isolados da comunidade local, em *resorts*, não resolve os possíveis impactos negativos gerados pela presença deles. O que se observa é uma tendência cada vez maior, desencadeada pela intensificação da globalização, de uma crescente interação entre as mais diferentes culturas, o que poderá trazer o benefício de um aumento da tolerância entre as pessoas.

3.3- TURISMO E POPULAÇÃO LOCAL: A OUTRA FACE

O desenvolvimento da atividade turística, quando levados em consideração seus benefícios, pode ter grande importância para o local, para a região e chega a ser de interesse nacional. Mas ninguém fala das eventuais repercussões negativas, somente dos rendimentos,

do trabalho e de melhores condições de vida, pois é sempre levado em consideração o aspecto econômico desta atividade.

O advento do turismo transformou a bela virtude humana da hospitalidade espontânea e gratuita num ganha-pão e numa profissão. Mas, nesta grande atividade econômica que é o turismo, é evidentemente que é a escala de valores dos viajantes e dos promotores que prevalece. O que a população local sente, pensa e quer, raramente é levado em consideração, sendo difícil que esta consiga exprimir claramente sua opinião.

É fácil compreender que, no início do desenvolvimento turístico, a população local faça e aceite tudo o que pedem os promotores estrangeiros, seu próprio governo e até mesmo os comerciantes locais. Ela acredita nas promessas e tudo parece muito favorável.

Mas e quando o turismo de massa tiver invadido a região e a população local tiver tomado conhecimento da verdade, a euforia inicial dará lugar à desilusão e à visão mais realista das coisas. Uma vez que estes nunca podem participar de forma efetiva como parceiros, exceto uma pequena minoria: os mais espertos, os mais hábeis, a nata (KRIPPENDORF, 1989, p. 42).

Em algumas regiões, segundo Krippendorf (1989), a população local começa a sentir certo rancor em relação aos efeitos negativos do deslocamento das massas turísticas. Essas populações têm cada vez mais a impressão de que são invadidas por esse desenvolvimento e, ao mesmo tempo, excluídas dele. Essas populações desejam sair da submissão do turismo, determinar pessoalmente seu próprio desenvolvimento, participando do mesmo. Desejam poder voltar a considerar o local onde vivem como seu próprio espaço vital, e não ter que transformá-lo em local de repouso ou quadra de esportes reservados a outros.

Não podemos contestar a importância do turismo no nível de empregos: ele ocupa aproximadamente, segundo a OMT, dez milhões de pessoas no mundo inteiro, as quais vivem direta ou indiretamente do mesmo. Entretanto, também neste caso, há o reverso da moeda, que raramente é evocado nos debates políticos: no setor turístico, a maioria dos empregos não tem nada de atraente. As condições de trabalho são rigorosas: horas extras, horários irregulares, sobrecarga de acordo com a estação do ano e comprometimento pessoal em favor do cliente. Além disto, os salários são inferiores à média. As opções profissionais e as possibilidades de carreira são bastante restritas. Muitas atividades não são qualificadas e são socialmente desfavorecidas, como os trabalhos efetuados nos bastidores dos hotéis, sejam nas cozinhas ou nos quartos.

Eis porque os ofícios do turismo não gozam de um grande prestígio. Não é do gosto de todo o mundo trabalhar a serviço dos outros, pertencerem a esta minoria de “servidores” e passar por “seres de segunda classe”. Estas realidades podem explicar uma situação paradoxal, a dos jovens habitantes das regiões turísticas que muitas vezes se exilam nas cidades para encontrar um emprego melhor, e isto no setor do turismo que se ressentem da falta de pessoal, embora vivamos num período de crescimento generalizado de desemprego. (KRIPPENDORF, 1989, p.93 e 94).

Na grande maioria das obras analisadas, o turismo é visto como salvação para muitas regiões carentes, representando o único meio de melhorar as condições de vida da população nesses locais onde, geralmente, a agricultura não garante rendas suficientes, a indústria não se implanta em razão de ser uma localidade desfavorável e onde não há nada mais a vender senão o solo, a paisagem, o mar ou as singularidades culturais. Seria necessário então transformar estas riquezas em “capital”.

O turismo foi incorporado de modo muito rápido às políticas econômicas, sendo considerado um caminho fácil de chegar-se ao crescimento econômico e gerar empregos. Assim o desenvolvimento do turismo em larga escala, em particular do turismo receptor, do turismo do luxo, internacional e globalizado, foi incentivado nos países ditos subdesenvolvidos como a solução à crise econômica. (CORIOLANO, 1998, p. 115)

Desta forma, diversas localidades passaram a fornecer as paisagens das montanhas, as praias, o ar saudável e as pessoas da cidade, visando a entrada de capital. Tudo parece muito simples. As relações comerciais perfeitamente corretas entre parceiros iguais, com propósitos econômicos comuns. Porém a realidade é muito diferente. A divisão do trabalho entre essas regiões é desigual e injusta.

Acredita-se que uma troca só pode ser qualificada como justa se os custos e os lucros forem repartidos de forma mais ou menos equivalente entre as duas partes. O que não é o caso do turismo.

A verdadeira relação de forças pode ser expressa da seguinte forma: quem mexe os pauzinhos é quem fornece o capital. Na indústria do turismo, o dinheiro vem da cidade, das zonas altamente produtoras e pra lá que volta, na maioria das vezes. É claro que a população local dispõe de dois outros meios de produção indispensáveis: o solo e o trabalho. Mas os habitantes e os empreiteiros das metrópoles podem adquiri-los a preços módicos. Para obter vantagens da fortuna que proporciona o turismo, os nativos vendem o trabalho e o solo a preços baixos. A concorrência é grande, pois muitas regiões querem desenvolver o

turismo. Enquanto não se tornarem “destinos” famosos, que todos disputam, eles devem aceitar os preços que lhes são propostos (KRINPPENDORF, 1989, p.96).

Após certo tempo, chega-se a uma situação em que o preço dos terrenos e os aluguéis pagos pelos estrangeiros são tão elevados que um habitante local não pode mais se dar ao luxo de morar em sua própria vila, e muito menos construir uma casa para morar. Esse é o preço que a população local precisa pagar pelo progresso econômico. Trata-se de custos sociais, de desvantagens do turismo para a população local, que não aparecem em nenhum levantamento contábil. Apenas recentemente surgiram alguns estudos relacionados às necessidades e aos impactos causados pelo turismo sobre as populações receptoras.

Como se poderia cifrar a influência do turismo sobre os hábitos, os costumes, as tradições e as normas locais, ou os atentados cometidos contra a vida familiar e social da comunidade, a degradação da língua do país, o declínio cultural causado pela adaptação ao gosto do estrangeiro, à comercialização do folclore e à prostituição cultural? (KRIPPENDORF, 1989, p.98)

Em troca do dinheiro, as localidades se acomodam da maneira que podem às repercussões sociais, culturais e ecológicas: os transtornos no modo de vida local, a perda da identidade cultural e os atentados ao meio ambiente. Muitas regiões receptoras não fazem do turismo uma instituição sagrada, mas um negócio comercial.

É evidente que a esperança econômica constitui, de longe, a principal motivação para a promoção do turismo, mas é preciso pensar nos custos e benefícios do turismo para a economia, o ambiente e a sociedade, e não somente nas vantagens e na questão econômica.

Segundo Doxey apud Ruschmann (2003, p.47), os impactos gerados pela implantação da atividade turística podem ser classificados em cinco estágios diferentes, os quais podem ser observados a seguir no *Quadro 2*.

Quadro 2: Os Estágios da Implantação do Turismo

ESTÁGIOS	IMPACTOS SOCIAIS
Euforia	-Entusiasmo e perspectivas de melhorias econômicas -Comunidade receptiva -Turista tratado de maneira cordial e amável
Apatia	-Consolidação da atividade turística -Turista tratado com indiferença ou formalidade
Irritação	-Saturação: a localidade não consegue atender à demanda do turismo
Antagonismo	-Comunidade começa a culpar os turistas pelos problemas -Turista passa a ser hostilizado pela população
Tomada de Consciência	-Comunidade percebe que apenas analisou as vantagens da atividade turística e nota que dificilmente poderá retornar a sua vida anterior

Fonte: RUSCHMANN 2003 p.47

Podemos relacionar diretamente este quadro com o modelo do ciclo do turismo, desenvolvido por Butler, mas ao qual Rodrigues A.B. (1998) dá o nome de ciclo de vida do espaço do turismo, pois estas observações sempre incidem sobre um território para sua exemplificação. O modelo sugere fases baseadas na análise dos fluxos turísticos, as quais são definidas através do peso da população flutuante em relação à população local. São cinco as fases concebidas pelo autor:

1ª fase: corresponde à *partida*, ou seja, o início do processo, quando um determinado local é descoberto para o turismo de forma espontânea, ou através de lançamento, seja por setor público ou privado.

2ª fase: chamada fase *exploratória*, quando os fluxos vão aumentando, porém, ainda de forma lenta.

3ª fase: consiste na fase de *desenvolvimento*, indica a prosperidade da atividade turística, expressando um significativo crescimento nos fluxos. Nesta fase a quantidade de turistas é igual ou superior à população local. Esta fase é um dos momentos mais perigosos, pois pode levar à saturação do espaço, quando é ultrapassado o limite de capacidade de suporte, ocorrendo a perda da qualidade da oferta, nos seus mais variados setores, tanto de serviços como dos demais atrativos, principalmente quando se trata de recursos naturais.

4ª fase: denominada pelo autor de fase de consolidação, corresponde à estabilidade, marcada por um crescimento mais lento e até mesmo por declínios.

5ª fase: se na fase anterior o processo não for adequadamente conduzido, podem ocorrer eventos que configurem uma *crise*, que é justamente a quinta fase, ocorrendo um declínio lento ou rápido dos fluxos.

Pode-se ainda ter uma outra fase, e ocorrer um rejuvenescimento, através de políticas intervencionistas, com a diminuição de impactos negativos e/ou reaparelhamento da infraestrutura básica e de apoio.

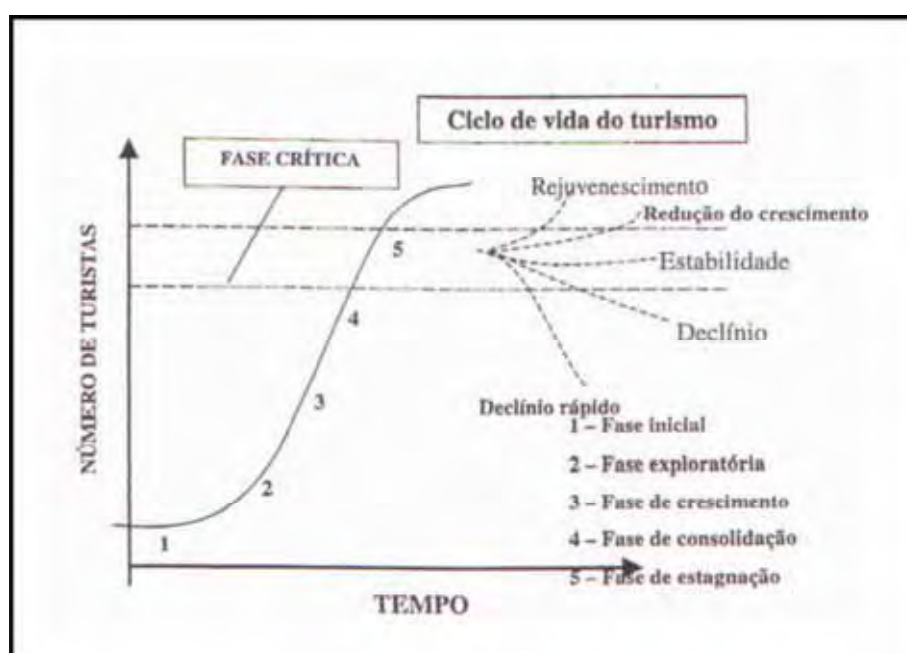


Figura 2: Gráfico do Ciclo de Vida do Espaço do Turismo

Fonte: Rodrigues, A.B. (1998).

No Brasil, podemos ver distintas localidades turísticas ou até mesmo regiões que se encontram em fases diferentes deste processo. Baseando-se apenas em observações, Rodrigues A.B. (1998), reportando-se ao litoral do estado de São Paulo, faz a seguinte constatação, com a qual concordamos: o litoral sul – compreendendo Iguape, Cananéia, Ilha Comprida – encontra-se em fase inicial, pois apesar do turismo já ser antigo na área, ainda não se deu um *boom* turístico. O trecho da rodovia Rio-Santos, de Bertioga a São Sebastião, está na fase de exploração, com alguns núcleos em pleno crescimento, como Camburi, Boracéia, Boiçucanga e Maresias. O município de Praia Grande, após um boom que levou à saturação e à perda da qualidade ambiental, sofreu a ação de uma agressiva política de

recuperação, passando por uma fase rejuvenescimento. Os núcleos de Guarujá, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba parecem encontrar-se na fase da estabilidade. Santos, após o declínio quase completo de sua função turística, está em fase de resgate desta função, também através de grande empenho de recuperação da qualidade ambiental.

Embora estas colocações tenham sido feitas em 1998, ainda podem ser encontradas as mesmas situações, com poucas modificações significativas.

No que se refere a nossa área de estudo, a situação descrita acima, que coloca a região na primeira fase do ciclo do espaço do turismo e nos permite afirmar que a mesma se encontra no estágio de euforia, de acordo com o *quadro 2*, se comprovou com as entrevistas que realizamos com os moradores de Iguape e Cananéia, pois todos os moradores entrevistados vêem o turismo como uma atividade benéfica para o município e são favoráveis ao desenvolvimento da mesma. Esta constatação foi possível através das respostas dos moradores em relação às questões, que podem ser observadas nos gráficos a seguir. Destacamos que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a quantidade de pessoas entrevistadas não seguiu nenhum modelo de amostragem. Foram entrevistadas 50 pessoas de cada município, de várias faixas etárias, de ambos os sexos e que residem em lugares diferentes das cidades. As entrevistas foram feitas em períodos diferentes: férias, feriados e dias normais, no decorrer do ano de 2007 até o mês de junho de 2008, tanto em Iguape como em Cananéia.

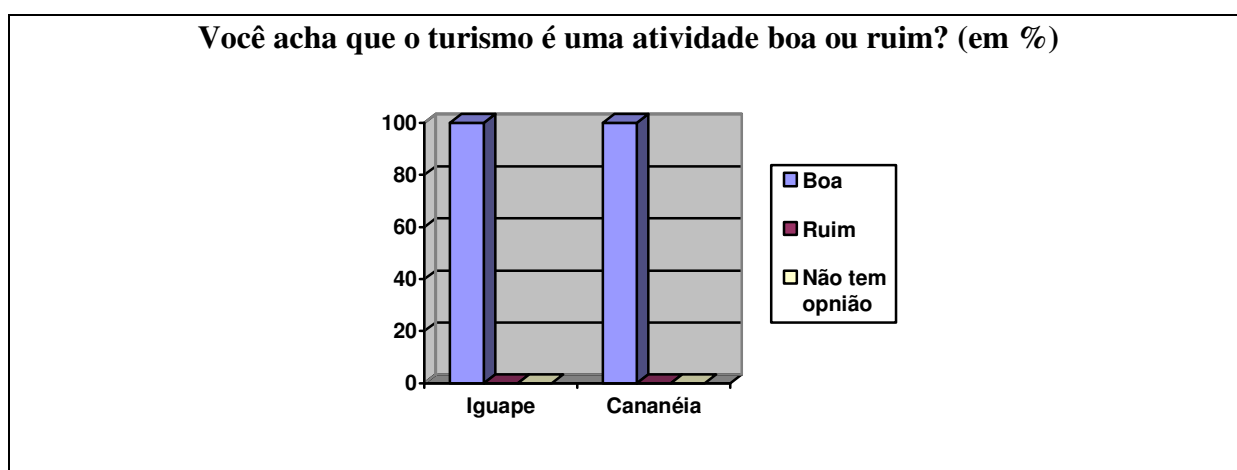


Figura 3: Opinião dos moradores em relação à atividade turística.

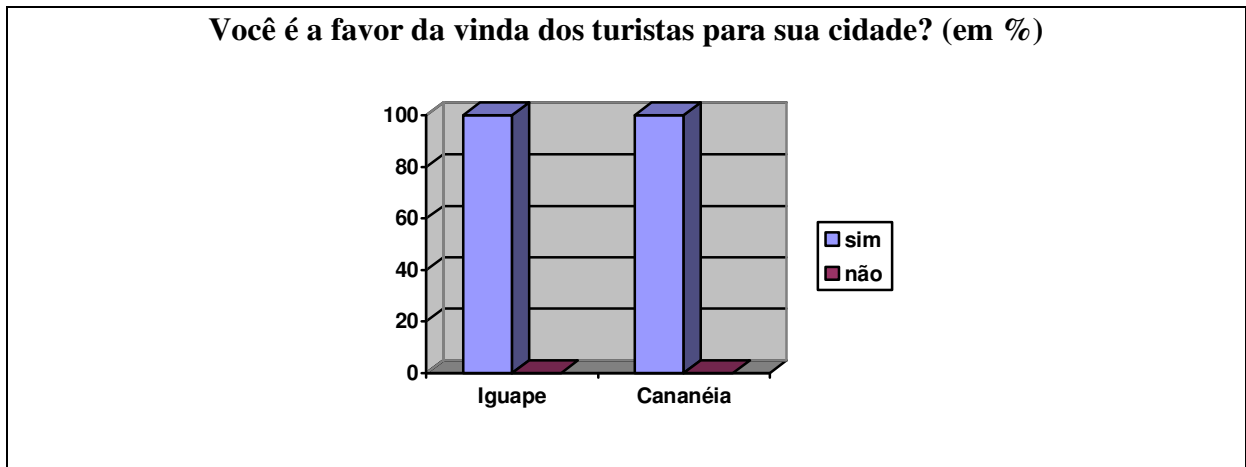


Figura 4: Opinião dos moradores em relação à presença de turistas na cidade

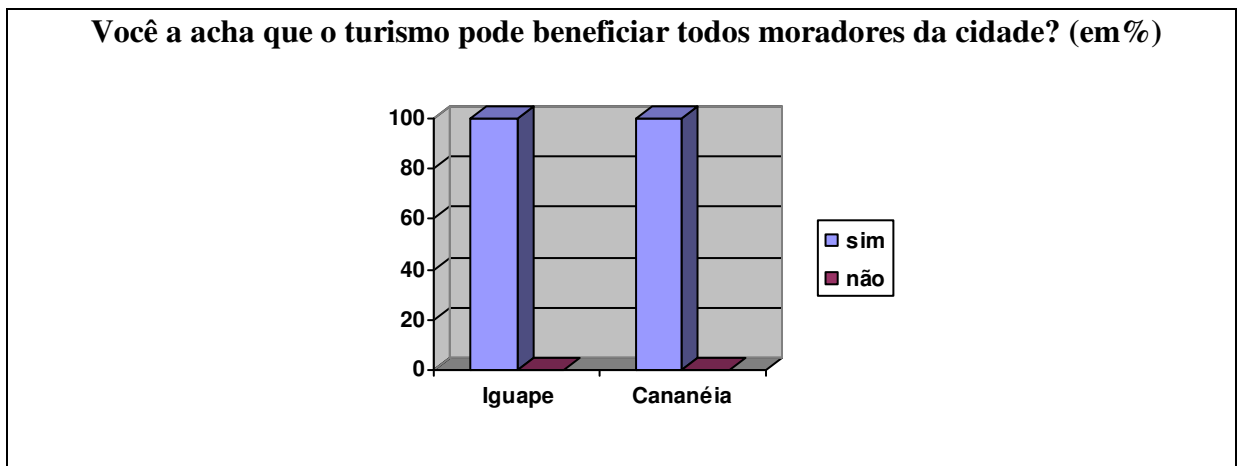


Figura 5: Opinião dos moradores quanto aos benefícios advindos do turismo

Na transcrição da fala de alguns moradores, fica ainda mais fácil perceber seus posicionamentos em relação à implantação da atividade turística:

“O turismo é bom porque ajuda a população, principalmente no sustento da família. Acho que tinham que investir em como acolher melhor os turistas e resolver alguns problemas de infra-estrutura” Maria de Lourdes, 62 anos, professora aposentada, natural de São Paulo, reside no centro de Cananéia há mais de 40 anos.

“ Ele ajuda no desenvolvimento da cidade e também o comércio, né. Ele pode ajudar muita gente porque faz o dinheiro circular” Gustavo Alves, 24 anos, comerciante, reside no bairro

Retiro das Caravelas em Cananéia. Este foi o único morador entrevistado que ao responder a questão referente ao gráfico 2, respondeu que sim, mas que dependia do tipo de turista.

“ É uma fonte de renda pra população, pode aumentar os empregos aqui” Tatiane C. Silva, 27 anos, funcionária pública, reside no bairro do Rocio, em Cananéia.

“ O turismo é essencial para nossa cidade, é muito bom que os turistas venham pra cá, aqui tem vários pontos turísticos e traz benefícios pra nós.” Benoliel Santana, 46 anos, comerciante, reside na Vila Garcia, em Iguape.

“ O turismo é bom pra todo mundo, por causa dos empregos, é uma fonte de renda pra muita gente aqui, mas não tem incentivo político, falta vontade sabe?” Pedro Arruda, 75 anos, aposentado, reside no Centro de Iguape.

“ Quando os turistas chegam a cidade fica animada, o comércio vende bastante, dependendo da época tem evento na praça, quando vem mais gente pra cá é na festa de agosto, isso aqui ferve de gente.” Leonardo Bando, 19 anos, funcionário público, reside no Rocio, em Iguape.

Uma das questões feitas aos entrevistados era se tinham o conhecimento da existência de algum projeto da prefeitura relacionado ao turismo, e é interessante colocar que a grande maioria dos entrevistados respondeu afirmando que desconhece qualquer tipo de projeto e apenas poucos responderam que sabiam existir, mas desconheciam o que o mesmo propõe. Esses dados podem demonstrar que realmente é muito difícil haver o envolvimento e a participação da população nas decisões e projetos de implantação da atividade turística.

As repercussões sociais que o fomento da atividade turística pode trazer para um determinado local são múltiplas e definitivas para que seus habitantes fiquem ausentes dos processos de implantação de projetos desta atividade.

Faz-se necessário destacar que outro argumento que se coloca para o desenvolvimento do turismo é a possibilidade deste promover a integração entre os povos. Na prática, porém, muitas vezes o turista isola-se, vivenciando apenas os locais produzidos para ele, livre de mendigos, sujeira ou das próprias pessoas comuns de uma localidade.

Os pacotes turísticos, de modo geral, levam os visitantes a locais protegidos – hotéis e *resorts* – que constituem um meio ambiente

fechado que de oferecerem certa proteção à cultura “estranha”, e também um lar temporário. (DIAS; AGUIAR, 2002, p.146).

Portanto, nenhuma integração construtiva para as personalidades é vivenciada, quando não, apenas alguns aspectos da vida da população aparecem nas representações aos turistas, ainda que de forma estilizada ou até mesmo deturpada. Em muitos casos o contraste de vida entre o turista que desfruta do lazer, com roupas e pertences da moda, e a vida da população nativa, faz com que se acentuem os contrastes, tornando a pobreza mais aparente.

As expectativas de desenvolvimento da atividade turística, com relação à melhoria de infra-estrutura, parecem estar restritas à construção de estradas, aeroportos parques e hotéis. Os anseios da população local, relativos à melhoria da qualidade de vida, concretizados em moradias dignas, saneadas, urbanizadas, com possibilidade de acesso a hospitais e escolas, não são contemplados.

Um turismo onde predomine uma grande quantidade de pessoas visitando num mesmo período um determinado local, fatalmente acarretará danos ao patrimônio histórico-cultural dessas regiões, podendo ocasionar mudanças culturais regionais, processos inflacionários, instabilidade no mercado de trabalho, desabastecimento de determinados produtos e serviços à população local, para a satisfação dos turistas, além de estimular a prostituição e a criminalidade. Além de poder gerar o aumento dos níveis de miséria e pobreza e a desestruturação de outras áreas econômicas, relegadas em prol do turismo.

O desenvolvimento desordenado do turismo pode acarretar, ainda, problemas de natureza diversa, como por exemplo, o desmatamento dos mananciais restantes da Mata Atlântica, dos manguezais, de importância extrema para a reprodução de peixes e, conseqüentemente, para a manutenção da principal atividade econômica do litoral, o assoreamento de lagoas, rios e riachos, além de provocar o crescimento desordenado das cidades e povoados, gerando e expandindo loteamentos e favelas.

Segundo Dias; Aguiar (2002), a presença dos turistas pode trazer mudanças visíveis nas comunidades locais, de modo geral, alterando comportamentos e ocorrendo choques com os códigos morais locais. Entre os problemas mais comuns, os autores destacam:

- Mudanças nos valores morais e nas atitudes cotidianas, entre os membros da comunidade;
- O turismo sexual pode tornar-se comum, e muitas vezes ser tolerado;
- A prostituição pode ser encorajada com a cumplicidade dos turistas, surgindo onde não estava presente anteriormente;
- Doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS e doenças venéreas, podem se tornar comuns, em função do aumento da liberdade sexual;

- As drogas podem se tornar um problema, estabelecendo-se uma rede de pessoas, geralmente jovens, que suprem os turistas que as utilizam;
- O alcoolismo traz problemas, tanto entre os turistas como entre a comunidade local, que de modo geral terá entre seus membros vários que irão imitar o hábito de consumo alcoólico dos visitantes;
- O comportamento agressivo e barulhento, aliado ao crime, pode aumentar, nos destinos turísticos, com a chegada dos visitantes. Há uma tendência de marginais locais procurarem tirar vantagens dos turistas que, em certas regiões, são vistos como presas fáceis pelo seu relativo desconhecimento dos costumes locais.

É importante colocar que as políticas sociais que são necessárias ao desenvolvimento econômico de uma região, muitas vezes não são contempladas em nenhum plano de desenvolvimento do turismo.

Sabemos que muitos dos efeitos negativos expostos acima ocorrem em função da forma inadequada de implantação e fomento da atividade turística, que estimulou, sobretudo, o desenvolvimento do turismo de massa. Este tipo de turismo vem se apresentando como um dos mais agressivos, conforme podemos perceber na colocação abaixo:

O turismo de massa – caracterizado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente na mesma época do ano – vem sendo considerado o maior agressor dos espaços naturais. O excesso de turistas conduz ao superdimensionamento dos equipamentos destinados a alojamentos, alimentação, transporte e entretenimento, que impreterivelmente ocupam grandes espaços – agredindo paisagens e destruindo ecossistemas. Além disso, a falta de “cultura turística” dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio em que visitam – acreditam que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que têm direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo – tempo insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural. (RUCHSMANN, 2003, p.110).

Não se tem aqui a intenção de limitar o turismo ou simplesmente suprimi-lo em função de seus efeitos devastadores. Acredita-se que existem outras formas de fomento à atividade turística, pois o turismo é uma atividade de importância fundamental para um grande número de seres humanos, quer sejam viajantes ou viajados. Contudo, caberia fixar um objetivo positivo e trabalhar em favor do turismo, e para isto é necessário que este se modifique e torne-se melhor.

CAPÍTULO IV: REFLEXÕES PARA BUSCA DE UM TURISMO MELHOR

O turismo é, para Dumazedier (1994), um fenômeno histórico sem precedentes, na sua extensão e no seu sentido; é uma das invenções mais espetaculares do lazer da sociedade moderna. É uma criação da sociedade de consumo que, entendendo a importância do lazer na sociedade contemporânea, passa a vender o turismo ou comercializar a viagem como um novo produto, nos moldes dessa sociedade de consumo, atrelado, portanto, às leis de mercado.

Segundo as idéias de Coriolano (1998), o lazer transformado em turismo passa a ser vendido de uma forma bastante lucrativa, com rápida acumulação e reprodução do capital. Selecionam-se áreas turísticas, alocam-se recursos, definem-se políticas e, sobretudo, cria-se a ideologia do turismo.

É possível perceber que o turismo foi incorporado de modo muito rápido às políticas econômicas, sendo considerado um caminho fácil de chegar-se ao crescimento econômico e gerar empregos. Assim o desenvolvimento do turismo em larga escala, em particular do turismo de massa, foi incentivado nos países ditos subdesenvolvidos como a solução para a crise econômica.

Coriolano (1998) acrescenta que, no Brasil, muitos estudiosos foram levados a pensar o desenvolvimento como um processo que deveria seguir todas as etapas alcançadas pelos países “desenvolvidos” e este raciocínio tem causado sérios problemas. Nossa cultura de dependência tem repercussões inclusive no modelo de turismo que se tem implementado, que prioriza o visitante e esquece o residente, quando a lógica correta seria: o lugar só pode ser bom para os turistas se é bom para seus habitantes. Nada precisa ser feito direcionado para o turista, mas para o residente.

Cada vez se tornam mais visíveis os impactos que o turismo de massa pode trazer aos ambientes naturais preservados e às comunidades locais. Como visto no capítulo anterior,

massas turísticas em muitos lugares têm destruído identidades culturais e sociais, provocado desvios sociais graves, contribuindo para o aumento da prostituição e do uso de drogas. Segundo Rodrigues, A.B. (1998), algumas regiões turísticas, fortemente agredidas pelo turismo “a qualquer custo”, avaliam-se e passam para a fase da “maturidade turística” desenvolvendo o chamado turismo ecológico, tentando encontrar alternativas para alcançar o desenvolvimento sustentável ou mais precisamente uma sociedade sustentável.

O modelo de desenvolvimento econômico adotado pela sociedade tem sido altamente degradador da natureza e extremamente excludente na sociedade. Além de destruir a natureza, mantém na miséria a maioria da população mundial. Estes antagonismos acabam por comprometer o turismo, uma vez que o turista procura a natureza protegida e não degradada, sobretudo foge das áreas com conflitos sociais.

A base do turismo é a natureza, as paisagens, os lugares, que se tornam mercadoria, desta forma os recursos naturais, assim como os culturais, passam a ser vendáveis. O uso indiscriminado da natureza pelo turismo passa a deteriorar e até mesmo descaracterizar áreas por ele ocupadas. E mais grave ainda, a população dessas áreas passa a ser excluída do lazer e do turismo.

A intenção deste trabalho não é restringir ou eliminar o turismo em função de seus impactos negativos, uma vez que é conhecida a importância que esta atividade possui, tanto por seu caráter econômico, como social. Acredita-se que é possível o desenvolvimento do turismo em diversas localidades, porém para isto é indispensável que seus impactos negativos sejam amenizados, sendo necessário pensar alternativas para a implantação desta atividade.

4.1- O TURISMO IDEAL

Levando em consideração as idéias expostas, apontaremos algumas maneiras de desenvolver o turismo de modo a atender aos interesses da população local, uma vez que acreditamos que é possível a implantação do turismo em benefício desta população, porém de um modo que os impactos negativos desta atividade sejam minimizados.

Caberia desenvolver formas de turismo que tragam a maior satisfação possível a todos os interessados (população local, turistas e empresas), mas que não estejam ligadas a inconveniências inaceitáveis, sobretudo nos níveis ecológico e social. Uma política do turismo que respeite o ser humano e o meio ambiente deve buscar o seguinte objetivo supremo: assegurar a satisfação a nível ótimo das múltiplas necessidades

turísticas dos indivíduos de todas as camadas sociais, no âmbito das instalações adequadas e num ambiente intacto, levando em consideração os interesses da população autóctone. (KRIPPENDORF, 1989, p.175).

De acordo com a citação colocada acima, isto significa que a política do turismo não deve ser centrada exclusivamente nas finalidades econômicas e técnicas, mas deve respeitar também o ambiente e, principalmente, considerar as necessidades de todas as pessoas envolvidas.

KRIPPENDORF (1989) coloca, ainda, que o turismo só terá futuro se caminhar na direção de um humanismo maior. O importante é reconhecer que o turismo deve servir ao homem, e não o contrário.

Caberia então propiciar às pessoas envolvidas o sentimento de que estão realmente envolvidas e ajudá-las a desenvolver um espírito crítico. Somente assim elas poderão modificar o próprio comportamento, uma etapa que certamente é a mais difícil, porém a mais importante.

Um desenvolvimento harmonioso do turismo exige o respeito absoluto à ordem dos objetivos: é indispensável que os propósitos da população local e também dos turistas tenham prioridade sobre aqueles das diversas categorias profissionais. É preciso tentar conciliar as necessidades da população local e dos turistas e conceber o desenvolvimento de tal forma que os feitos sejam lucrativos para ambos os lados. Para tanto é necessário que estes últimos se ajustem e ajam de comum acordo, se possível no âmbito de um contrato que atente para o equilíbrio dos interesses de forma coerciva, num longo período.

Um dos elementos essenciais na busca desse desenvolvimento harmonioso, segundo Krippendorf (1989), reside na reivindicação segundo a qual uma comunidade turística deve conservar o poder sobre o solo e, portanto, a decisão soberana sobre a utilização do mesmo. Em nenhuma hipótese deve despojar-se de seu principal instrumento de orientação, pois a política do solo e a política de planejamento do território são, indiscutivelmente, os instrumentos-chave que proporcionam às regiões hospedeiras o controle sobre o desenvolvimento turístico.

Acredita-se que o desenvolvimento do turismo deva estar baseado no conceito de desenvolvimento sustentável. Este conceito foi apresentado mundialmente, tal como conhecemos hoje, em 1987, no relatório “Nosso Futuro Comum”, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (Comissão Brundtland), criada na

Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que define desenvolvimento sustentável como:

Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito das necessidades, sobretudo das necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber máxima prioridade, a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõem ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (CMMAD, 1991, p.46).

Segundo este conceito, o desenvolvimento econômico, em todos os níveis, deveria estar de acordo com o uso adequado e equilibrado dos ecossistemas naturais, o respeito à cultura e a promoção da melhoria dos padrões de vida da população.

Seguindo este pensamento, acredita-se que quando realizado junto a um planejamento adequado, o ecoturismo e o turismo cultural são os segmentos turísticos que mais se aproximam do desenvolvimento desejado. De acordo com o levantamento do potencial turístico da área de estudo, acredita-se que esta tem condições suficientes para que sejam desenvolvidos estes segmentos turísticos. Conforme demonstrado no segundo capítulo, os municípios estudados possuem características singulares, tanto naturais como culturais, evidenciando um rico patrimônio turístico.

O termo patrimônio turístico pode ser entendido como um conjunto de bens naturais e culturais que, por suas características intrínsecas, possuem atratividade à visitação. Segundo Rodrigues, L.M. (1998), a expressão patrimônio cultural é usada para designar objetos no sentido mais geral desse termo: prédios, obras de arte, monumentos, lugares históricos, relíquias, documentos; e diferentes modalidades de práticas sociais objetificadas enquanto bens culturais: artesanato, rituais, festas populares, religiões, esportes, etc.

Por patrimônio natural entende-se tudo que se opõe ao patrimônio cultural, ou seja, ao que é artificial e adquirido. O natural não depende da tradição social, não é um comportamento aprendido. Segundo Rodrigues, L.M. (1998), numa abordagem mais filosófica, a natureza se define como uma existência que se determina por si mesma, no todo ou em parte, sem precisar da intervenção do homem. A natureza tem em si mesma o princípio de determinação daquilo que se chama ordem natural.

Estas distinções foram necessárias, pois é a partir delas que se formam as formas de turismo que propomos à região: o ecoturismo e o turismo cultural. Em função deste posicionamento, torna-se necessário aprofundar a discussão em relação a estes.

A articulação da cultura com a natureza, em se tratando de turismo, nas idéias de Rodrigues, L.M. (1998), instaura um sentido de direção preservacionista, de uma forma que concebe a relação do presente com o passado. Este preservacionismo tem um único motivo para justificar sua existência: a prática cotidiana dos habitantes de uma cidade, já que cuida de um produto de consumo tanto desses mesmos habitantes, como da sociedade de um modo geral.

4.1.1.- O TURISMO CULTURAL

O turismo cultural é definido como aquele segmento que trata das viagens de estudo, contudo, a cultura não se restringe ao estudo formal, uma vez que todas as nossas ações fazem parte da cultura. Assim, de maneira bastante ampla, pode-se dizer que todo turismo é cultural.

O turismo cultural é um dos principais segmentos do turismo, e de modo geral pode ser associado com outras atividades turísticas. Pode ser definido como uma atividade de lazer educacional que contribui para aumentar a consciência do visitante e sua apreciação da cultura local em todos os seus aspectos – históricos, artísticos, etc. Além disso, é uma forma de turismo que, entre outros objetivos, envolve a apreciação de monumentos e sítios históricos, contribuindo desta forma para a manutenção e proteção do patrimônio cultural e natural da humanidade.

O turismo cultural é uma segmentação do mercado turístico que incorpora uma variedade de formas culturais, incluindo museus, galerias, festivais, festas, arquitetura, sítios históricos, performances artísticas e outras que, identificadas como uma cultura em particular, integra um todo que caracteriza uma comunidade, e que atrai os visitantes em busca de características singulares de outros povos. (DIAS; AGUIAR, 2002, p.134)

O turismo cultural pode assumir um aspecto contraditório em relação à conservação do patrimônio arquitetônico, pois, ao mesmo tempo em que a atividade turística fortalece a necessidade de preservação, o intenso movimento de turistas nos ambientes históricos preservados causa problemas enormes que podem levar à destruição de patrimônios culturais.

Embora o patrimônio, em diversos lugares do mundo, tenha sofrido desgaste provocado pelo excesso de pessoas que o visitam, obrigando as autoridades, em muitos casos, a restringir o acesso a alguns lugares, de modo geral deve-se reconhecer que o turismo de motivação cultural pode trazer mais vantagens do que desvantagens, em especial na preservação do patrimônio arquitetônico. Dias; Aguiar (2002) destacam algumas dessas vantagens:

- Ocorre uma valorização econômica dos lugares, com a dinamização do comércio local e dos serviços, gerando novos postos de trabalho e aumento da renda;
- Com a valorização cultural do lugar, há um aumento do orgulho cultural das comunidades receptoras, pelo seu patrimônio, reforçando sua identidade cultural;
- O patrimônio fornece aos visitantes informações importantes sobre a herança cultural da comunidade local, reforçando-se o respeito mútuo e gerando um clima de tolerância e compreensão;
- São encontrados novos usos para os edifícios do passado que, assim, integram o presente num novo contexto cultural, preservando-se as características arquitetônicas de um outro período.

Apesar dos vários benefícios que pode gerar o turismo cultural, não pode ser visto separadamente de seus impactos negativos, como a destruição que o uso massivo e sem controle do patrimônio pode gerar. Por isso mesmo é necessária a adoção de definições e implementação de padrões aceitáveis, através de estudos de capacidade de carga dos lugares receptores, que possam permitir o uso consciente dos patrimônios.

4.1.2 O ECOTURISMO

O termo ecoturismo remete a inúmeras modalidades de visitas e de contato com a natureza: caminhadas, passeios de bicicleta, de barco, de cavalo, observação de aves, passeios por trilhas e visita a cachoeiras são algumas das atividades que podem ser citadas como ecoturísticas. O termo ecoturismo possui diversas designações, usadas desde a década de 1980, quando esse segmento da atividade turística surgiu como um turismo alternativo, relacionado diretamente com a natureza.

Segundo Western apud Lindberg; Hawkins (2001, p.18):

ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, cultura e estética.

De acordo com as formulações presentes nas *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo do estado de São Paulo*, desenvolvida pela Secretaria de Meio Ambiente, ecoturismo é definido como:

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (SÃO PAULO, 1997, p. 13)

Se aceitarmos que o ecoturismo diz respeito à harmonia entre turismo, conservação e cultura, seu papel pode ser ilimitado. No entanto, o ecoturismo corre o risco de se descaracterizar quando adotado um conceito amplo, que abranja todo tipo de turismo ligado à natureza.

De acordo com Western apud Lindberg; Hawkins (2001) por mais que desejemos uma definição restrita de ecoturismo, na realidade os princípios adotados por um turismo de massa podem trazer mais benefícios para a conservação do que um pequeno mercado elitista. Se pensarmos desta maneira, o ecoturismo está deixando de se definir como turismo de natureza de pequena escala para tornar-se um conjunto de princípios aplicáveis a qualquer tipo de turismo relacionado com a natureza, o que pode ser visto como algo benéfico.

Tomando as condições expostas acima e as implicações do crescimento da atividade turística e do ecoturismo, faz-se necessário o estabelecimento de negociações, políticas e de regras que visem garantir a conciliação entre a conservação dos recursos naturais, do patrimônio histórico e cultural, dos modos de vida e tradições culturais peculiares com a solução de problemas de ordem econômica e os interesses de uma atividade em constante expansão. Isso envolve alguns princípios que segundo São Paulo (1997) podem ser reconhecidos como básicos à implantação de diferentes projetos de ecoturismo, que são:

- uso sustentável dos recursos naturais;
- manutenção da diversidade biológica e cultural;
- integração do turismo no planejamento;
- suporte às economias locais;
- envolvimento das comunidades locais;
- consulta ao público e aos atores envolvidos;

- capacitação de mão-de-obra;
- redução do consumo supérfluo e desperdício; e
- desenvolvimento de pesquisas

É possível observar que esse segmento turístico acaba por englobar aspectos culturais, o que permite que o ecoturismo seja desenvolvido de forma conjunta com o turismo cultural.

Assim como em qualquer atividade econômica, enfocando aquelas que envolvem áreas naturais, o ecoturismo pode trazer impactos positivos ou negativos. É preciso ressaltar que tanto os benefícios do ecoturismo como os problemas que dele decorrem dependem essencialmente do modo como seu planejamento, implantação e monitoramento são realizados.

Segundo Western apud Lindberg; Hawkins (2001), os impactos negativos que podem ocorrer em função da implantação de atividades ecoturísticas são vários, sendo os destacados abaixo os principais:

- aumento do consumo de recursos naturais, podendo chegar ao seu esgotamento;
- utilização do solo e transformação negativa da paisagem pela implantação de construções de infra-estrutura;
- aumento da produção de lixo e resíduos sólidos, assim como de efluentes líquidos;
- alteração de ecossistemas naturais devido à introdução de espécies exóticas de plantas e animais;
- perda de valores tradicionais em consequência da homogeneização das culturas;
- aumento do custo de vida, supervalorização dos bens imobiliários e consequente perda da propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais;
- geração de fluxos migratórios para áreas de concentração turística; e
- adensamentos urbanos não planejados e favelização.

Por outro lado, o ecoturismo produz também impactos positivos, como:

- geração de emprego, renda e estímulo ao desenvolvimento econômico em diferentes níveis;
- possibilidade de melhoria na infra-estrutura viária, sanitária, médica, de abastecimento e de comunicações;
- ampliação dos investimentos voltados à conservação de áreas naturais e bens culturais;
- fixação das populações locais graças à geração de emprego e renda;
- conscientização da população local, assim como dos turistas para a proteção do meio ambiente, do patrimônio histórico e das tradições culturais;
- incentivo à outras atividades econômicas potencialmente sustentáveis;
- melhoria da qualidade de vida e do nível sociocultural da população local;

- estímulo à comercialização de produtos locais de qualidade;
- intercâmbio de idéias, costumes e estilos de vida;
- ampliação da capacidade de fiscalização das áreas de proteção ambiental; e
- divulgação do município.

Em diversos municípios do estado de São Paulo, é possível identificar rotinas de visitação ecoturística, gerando benefícios e também problemas, em diferentes níveis, dependendo do município. Porém, o que se verifica em boa parte dos casos é a falta de um planejamento que vise melhorar, efetivamente, as condições de vida das populações locais.

Na tabela a seguir, mostraremos diferenças expressivas entre o turismo de massa e o ecoturismo e turismo cultural. Os dados formulados foram adaptados do quadro de Swarbrooke (2002, p. 26).

Quadro 3: Diferenças entre os Segmentos Turísticos.

	TURISMO DE MASSA	ECOTURISMO/TURISMO CULTURAL
ESCALA	Larga escala. Inadequado para o local.	Turismo em pequena escala, de acordo com a capacidade da destinação turística de absorver turistas sem prejuízos.
IMPACTO NO MEIO AMBIENTE	Construções novas, antiestéticas e nada atraentes. Infra-estrutura com excesso de construções levando à poluição e ao congestionamento do tráfego.	Poucas construções novas, mantendo as características estéticas. Pequena demanda extra sobre a infra-estrutura.
RELAÇÕES COM A COMUNIDADE LOCAL	Relações formais. Pouco contato com os autóctones que não estejam envolvidos na indústria do turismo.	Contato informal. Interação com diversos tipos de autóctones.
IMPACTO SOCIOCULTURAL	Transforma a cultura local. Migrações para trabalho vindas de fora da região.	Impacto mínimo na cultura local. As necessidades de trabalho são completamente satisfeitas na comunidade local.
IMPACTO ECONÔMICO	Muita renda do turismo perde-se devido à localização das empresas fora da destinação turística.	Muita renda oriunda do turismo é retida pela economia local. A renda adicional oriunda do turismo complementa as atividades econômicas tradicionais.
A IMPORTÂNCIA DA LOCALIZAÇÃO	Pode acontecer em qualquer lugar.	A localização específica oferece uma experiência única, que não poderá ser encontrada em outro lugar.
QUALIDADE DE EXPERIÊNCIA PARA O TURISMO.	Relaxante por pouco tempo. Muitas vezes o relaxamento não ocorre.	O aprendizado sobre os lugares traz uma compreensão em longo prazo sobre onde e como as outras pessoas vivem. O relaxamento pode ser total.
COMPORTAMENTO DO TURISTA	Insensível à cultura e as tradições locais. Indiferença à vida autóctone. Hedonismo.	Sensível à cultura e as tradições locais. Interessado na vida autóctone. Responsável.

No quadro acima, é possível observar as significativas diferenças entre o turismo de massa e o turismo cultural e o ecoturismo. No turismo de massa, além dos grandes impactos negativos ao meio ambiente, a comunidade local não é privilegiada, sendo que muitas vezes é obrigada a deixar seu local de moradia habitual. Neste segmento, o turista pode passar por situações desagradáveis e estressantes, encontrando, muitas vezes, os mesmos problemas enfrentados nas grandes cidades. Porém no turismo que propomos a comunidade local interage com o turista e o ganho pode ser muito significativo para ambos. A população receptora tende a melhorar suas condições socioeconômicas, assim como aprende a gostar e respeitar o local onde vive. O turista passa por experiências únicas e tende a voltar várias vezes, criando laços afetivos com o local.

4.2 - ELEMENTOS PARA AUXILIAR NA IMPLANTAÇÃO DO TURISMO.

Devemos esclarecer que, a priori, não pretendemos elaborar um planejamento turístico para a região; neste momento, apenas apontaremos alguns elementos que devem ser levados em consideração para se refletir sobre a forma de implantação da atividade turística, e desse modo iniciar uma discussão destes assuntos, visando contribuir para os estudos geográficos do turismo.

Nesse sentido, achamos necessário colocar o que entendemos por planejamento, e assim buscamos em AMATO (apud BARRETO, 2000 p.12) a definição de planejamento:

A formulação sistemática de um conjunto de decisões, devidamente integrada, que expressa os propósitos de uma instituição, pública ou privada, e condiciona os meios de alcançá-los. Um planejamento consiste na definição de objetivos, na ordenação dos recursos materiais e humanos, na determinação dos métodos e das formas de organização, no estabelecimento das medidas de tempo, quantidade e qualidade, na localização espacial das atividades e em outras especificações necessárias para canalizar racionalmente a conduta de uma pessoa ou um grupo.

4.2.1 Os impactos do turismo

Conforme mostrado no decorrer deste trabalho, o turismo é uma atividade capaz de gerar diversos benefícios, assim como malefícios aos locais que exercem essa atividade, e seus impactos podem ser sentidos tanto no meio ambiente como na sociedade em geral.

Em função disto, torna-se indispensável conhecer os principais impactos que podem ser gerados com o turismo, para que se possa prever e saber como agir para minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos.

É importante lembrar que o termo impacto se refere a qualquer alteração que pode ocorrer e alterar, de forma positiva ou negativa, um sistema, seja este ambiental ou social.

O quadro a seguir sintetiza os impactos positivos e negativos decorrentes da atividade turística, considerando diferentes esferas, o que nos permite observá-los de forma mais clara.

Quadro 4: Impactos Potenciais do Turismo

Esfera	Impactos Positivos Potenciais	Impactos Negativos Potenciais
Econômica	Aumento das receitas, dos empregos, do nível de vida da população local, da atração de investimentos.	Inflação local, especulação imobiliária, concentração dos investimentos e perda de investimentos alternativos, custos em termos de infra-estruturas necessárias.
Turismo e Comércio	Reconhecimento da região, novas infra-estruturas, maior acessibilidade.	Preços mais elevados, desenvolvimento descontrolado do comércio local.
Sociedade e Cultura	Maior empenho dos residentes na promoção dos eventos locais, reforço dos valores e tradições.	Comercialização sazonal de atividades privadas, alteração dos costumes em função do turismo, custos sociais (prostituição, uso de drogas e álcool).
Psicologia	Orgulho quanto aos costumes locais, reconhecimento da riqueza da troca com o outro.	Atitudes defensivas face a outras culturas, hostilidade por dificuldade de comunicação.
Política e Administração	Desenvolvimento local integrado.	Mau planejamento, segregação sócio-espacial.
Meio Ambiente	Novas infra-estruturas, conservação de algumas áreas, estratégias de gestão sustentável.	Degradação ambiental, poluição, alteração de hábitos alimentares, produção excessiva e sazonal de resíduos sólidos.

Fonte: MAMBERTI, M.M.S. (2005).

O papel do poder público na organização e no planejamento da atividade turística representa peça fundamental para o desenvolvimento do setor, tendo como princípio a defesa

dos interesses públicos. Somente o Estado pode impedir e controlar os efeitos negativos do turismo.

É válido acrescentar que uma localidade que pretende incentivar o desenvolvimento do turismo, com a intenção de beneficiar-se com as novas oportunidades de emprego e geração de renda, precisa investir em qualificação profissional para a população local.

4.2.2- Estudo de Capacidade de Carga Turística

Para buscar estratégias mais responsáveis, que possam promover a qualidade de vida das populações locais e conservar o meio ambiente das áreas receptoras, os estudos de capacidade de carga turística vêm se mostrando como importantes ferramentas no planejamento da atividade turística.

“Capacidade de carga significa a afluência turística que um determinado sistema socioeconômico regional pode admitir, de maneira sustentável, sem se modificar irremediavelmente.” (RODRIGUES A.B. 1998, p. 92).

Porém, segundo Seabra (2003), esse tipo de estudo ainda é incipiente no Brasil, apesar dos esforços de alguns pesquisadores e gestores. O autor coloca ainda que muitos desses estudos se revelam inadequados à nossa realidade, em função das variáveis físicas e ecológicas selecionadas para o monitoramento, já que, frequentemente, pouco contemplam a rica biodiversidade brasileira. Além disto, as variáveis de cunho econômico, cultural e social, na maioria das vezes, não são abordadas.

Existem várias metodologias para a realização dos estudos de capacidade de carga, porém, de acordo com Rodrigues A.B. (1998), determinar o limite máximo de visitantes que uma área pode suportar não basta, é necessário considerar as seguintes instâncias:

- econômica, sem a necessidade de apelar de forma significativa às estruturas não regionais, nacionais e, sobretudo, estrangeiras;
- social, sem modificar radicalmente os equilíbrios sociais anteriores;
- cultural, sem modificar profundamente os sistemas de valores que prevaleciam;
- ambiental, considerando, portanto, no ambiente, apenas os elementos naturais.

Se levadas em consideração essas instâncias, os estudos se tornam mais oportunos, pois ultrapassam a instância meramente física, embora levem em consideração elementos de difícil avaliação. Porém acreditamos que esse tipo de estudo é muito válido e se faz bastante

necessário para o fomento da atividade turística, pois através dele podem-se minimizar os efeitos negativos do turismo.

4.2.3- Os consórcios intermunicipais

No Brasil, a organização dos municípios para a atividade turística tem ocorrido, na grande parte dos casos, como por exemplo em nossa área de estudo, de forma espontânea e informal, sem planos, diretrizes ou estratégias definidas. Segundo Benevides (1998), o planejamento turístico requer e pressupõe a parceria político-administrativa entre os poderes públicos locais, voltada para ações capazes de estabelecer as bases institucionais para a construção de um território turístico, através de um planejamento local vinculado ao regional.

De acordo com as idéias de Mamberti (2006), dentre os instrumentos institucionais e legais que visam o associativismo entre os municípios, o consórcio intermunicipal apresenta-se como uma prática bastante discutida e adotada, visto que objetiva solucionar problemas comuns que cada município sozinho não estaria apto a resolver. Parte-se do princípio de que é necessário que as cidades se organizem regionalmente para que cada uma se desenvolva individualmente.

O consórcio intermunicipal representa uma forma economicamente viável de prestação de serviços públicos, com a redução de seus custos operacionais. Através dos consórcios, os governos municipais podem maximizar o aproveitamento de seus esforços e de sua capacidade, evitando a dispersão de recursos financeiros, humanos, tecnológicos e materiais (LEITE apud Mamberti, 2006).

A pulverização dificulta o crescimento das unidades individualmente, e o associativismo regional serve como agente propulsor do desenvolvimento. Na busca por soluções para questões que transcendem os limites de seus territórios, muitos municípios brasileiros têm adotado o modelo de gestão compartilhada dos consórcios intermunicipais. Para as municipalidades, os consórcios podem constituir-se numa valiosa ferramenta para viabilizar parcerias e alianças com outros municípios, propiciando soluções integradas e compartilhadas de problemas comuns e ampliação da oferta de bens e de serviços públicos. (ZIMMERMANN,1996, p.84)

Consórcio implica a idéia de associação, ligação, união. O consórcio intermunicipal é um instrumento de planejamento regional para a execução de atividades e/ou serviços

públicos de interesse comum dos partícipes. Um consórcio intermunicipal é uma associação de municípios que permite que as administrações municipais atuem com maior eficiência, rapidez e racionalidade. (TORRES, 2001)

Na busca por tentar encontrar maneiras de como desenvolver e planejar a atividade turística em Iguape e Cananéia, acredita-se que os consórcios intermunicipais apresentam-se como uma boa opção, pois se caracterizam por organizações de auxílio e de cooperação entre as unidades políticas que as integram.

De acordo com Mamberti (2006), esse tipo de associativismo tem por objetivo formular políticas e diretrizes intermunicipais, gerenciar planos e programas, e realizar obras, serviços e atividades de interesse dos municípios. A grande maioria das atividades de uma prefeitura pode ser executada através de consórcios intermunicipais e algumas somente podem ser efetuadas dessa forma. O poder público local pode utilizar-se dessa ferramenta de planejamento para organizar a atividade turística.

Os consórcios públicos podem atuar em diversas áreas, como saúde, saneamento, energia, transporte, meio ambiente e segurança. Alguns desses serviços públicos estão de tal forma entrelaçados entre dois ou mais municípios, que é comum que os governos municipais formem um consórcio intermunicipal para maior rendimento de seus esforços, evitando dispersão de recursos humanos e materiais, e para a maximização do aproveitamento dos recursos municipais.

Os consórcios municipais surgiram no estado de São Paulo nas décadas de 60 e 70, mas foi em meados da década de 80 que eles se caracterizaram como instrumento de uma política de descentralização, tendo como objetivo o fortalecimento dos municípios (LEITE apud MAMBERTI, 2006). Um consórcio entre municípios é uma das formas de consórcios públicos que podem ser formados também por Estados, Estados e municípios, Estados e Distrito Federal, bem como outras formações. Os consórcios públicos são regidos por legislação federal e estadual, as quais fornecem as diretrizes para a organização dos mesmos.

Os municípios estudados, Cananéia e Iguape, não constituem localidades isoladas; suas áreas, juntamente com os demais municípios do Vale do Ribeira, formam um espaço regional. Isso ocorre em função da unidade natural e histórica desses municípios, uma vez que seus aspectos físicos, bem como a origem de seu povoamento, caracterizam esse espaço como uma área homogênea. Porém, a escolha de apenas esses dois municípios para este estudo já foi aqui justificada, o que não exclui o fato de que possam acontecer estudos que possibilitem um consórcio com todos os municípios do Vale.

Acreditamos que, diante das semelhanças entre Cananéia e Iguape e de suas dificuldades para organizar e planejar a atividade turística em seus territórios, o consórcio municipal se apresenta como estratégia bastante condizente para que esses municípios se unam e se articulem com a intenção de efetivar a atividade turística, começando a aproveitar os benefícios que esta pode gerar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O turismo precisa encontrar alternativa para uma relação harmoniosa com a natureza, mas, sobretudo para uma relação harmoniosa com as sociedades visitadas”. Ruschmann (2003).

O turismo é uma atividade em pleno crescimento, e, segundo Coriolano (1998), deverá tornar-se, certamente, uma das maiores atividades socioeconômicas do século XXI, em função da necessidade e do desejo do homem de estar mais próximo da natureza, e em função também do estresse da vida cotidiana nas grandes cidades. Com o crescimento desta atividade, os impactos sobre o meio ambiente também se intensificarão.

Sabemos que o turismo é capaz de gerar múltiplos benefícios em diversos setores da sociedade. Porém, os efeitos negativos desta atividade não podem ser deixados de lado. As repercussões sociais que o desenvolvimento do turismo pode trazer são muitas e definitivas para que estejam ausentes nas discussões acadêmicas e, principalmente, nos processos de implantação de projetos desta atividade.

Em função de todos os benefícios que é capaz de gerar, o turismo se mostra como uma alternativa para as localidades que necessitam dinamizar sua economia, aumentar a renda de seus moradores e, principalmente, melhorar a qualidade de vida destes.

Este é o caso da área estudada, que embora tenha outras atividades econômicas, estas não conseguem sustentar a economia dos municípios, pois não são capazes de acolher grande parte da população e não garantem boas condições de infra-estrutura e de qualidade de vida. É por isto que a implantação do turismo se mostra como uma alternativa viável, pois, como demonstramos no segundo capítulo deste trabalho, atrativos não lhes faltam, sejam estes naturais ou culturais.

Com uma população de aproximadamente 400 mil habitantes, o Vale do Ribeira, assim com Cananéia e Iguape, não possui alternativas econômicas adequadas ao desenvolvimento sustentável que permitam a utilização racional do imenso patrimônio ambiental e cultural ali existente. Agravando este quadro, a proximidade desta região de dois importantes centros urbanos e industriais (São Paulo e Curitiba) ameaça transformá-la em fornecedora de recursos naturais de baixo custo, explorados sem qualquer respeito ao patrimônio ambiental e cultural. Em função disto, o turismo aparece como uma atividade capaz de conciliar desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental.

Uma das preocupações centrais deste trabalho é que, comumente, a comunidade está despreparada para inserir-se nas atividades que envolvem o turismo, e com isto as mudanças que ocorrem nas localidades fogem ao controle de sua população. Em curto espaço de tempo, turistas trazem hábitos incompatíveis com a comunidade local, gerando transtornos das mais variadas formas. Os trabalhos sobre o tema, geralmente ocorrem quando o turismo já foi implantado e a população local já está sofrendo com problemas trazidos por ele.

De acordo com Krippendorf (1989), o turismo só deve ser encorajado na medida em que proporcionar à população hospedeira uma vantagem de ordem econômica, antes de tudo sob a forma de lucros e empregos – que a mesma terá desejado. É preciso ainda que esta vantagem seja de natureza duradoura e não traga prejuízos aos outros aspectos da qualidade de vida. As implicações de um projeto (custos e benefícios econômicos, compatibilidades sociais e ecológicas) devem ser bem esclarecidas antes da execução.

As vantagens econômicas, sejam os lucros e empregos que o turismo possa gerar, devem corresponder aos anseios da população envolvida e não comprometer os outros aspectos de sua vida, tais como manifestações culturais (festas populares, religião, danças, artesanato, esporte, etc.), respeitando, inclusive, sua própria alocação no espaço geográfico.

É importante colocar que não devemos considerar o desenvolvimento do turismo como um fim em si ou uma panacéia universal, é preciso encorajar uma estrutura econômica diversificada, evitando o desenvolvimento de uma única atividade. Acreditamos que caberia promover a diversificação econômica nas regiões turísticas, conferindo ao desenvolvimento da agricultura, da silvicultura, das artes e ofícios, do artesanato, da pequena indústria e dos serviços não-turísticos uma importância, pelo menos, equivalente ao turismo. Nas regiões onde o turismo cresce rapidamente, estes outros ramos econômicos devem, inclusive, ser alvo de uma prioridade absoluta.

O processo de globalização que se instaurou em nossa sociedade se apresenta como um agente homogeneizador de todas as coisas: lugares, costumes, gostos e culturas. É neste ponto que os lugares com características peculiares se mostram como vantajosos neste processo. E nesta situação os municípios de Cananéia e Iguape se enquadram como localidades de destaque para atração de turistas. Para que continue tendo esta importância, é indispensável preservar sua autonomia, evitando a perda do controle para grandes cadeias e operadoras internacionais, pois estas, ao invés de contribuírem para preservar as diferenças locais e frear a banalização dos modos de vida, ao contrário, tornam-se instrumento desse processo.

Deste modo, a preservação da autenticidade cultural se apresenta como uma motivação para que as comunidades busquem formas de resistir às tentativas de homogeneização cultural causadas pela globalização e ainda consigam tornar esta especificidade em uma fonte de renda para seus habitantes. Neste sentido, a globalização pode provocar a ação contrária, de fortalecimento da diversidade cultural.

Nesse sentido, sugere-se que seja incentivada a produção de artigos locais, como alimentos e artesanatos; realizada a capacitação de membros da população local para trabalharem como guias e conduzirem agências receptoras de turistas, além de estimulada a criação de estruturas de apoio como pousadas e restaurantes, levando em consideração os traços culturais dessas localidades.

O papel do Estado na organização do turismo é fundamental para garantir o desenvolvimento da atividade, tendo como princípio a defesa dos interesses públicos. A ausência de políticas que coordenem a expansão do turismo contribui para que as comunidades das localidades onde ele ocorre não participem do seu processo de desenvolvimento, embora sejam submetidas a todas as conseqüências, boas e ruins, provocadas pela atividade.

O que fica claro é que a implantação da atividade turística deve ser antecedida de um planejamento. É importante lembrar que o planejamento tem a tendência de se impor à população, porém os modelos de planejamento devem ser compatíveis com as especificidades e a realidade de cada região. Por isto vemos a necessidade de um planejamento participativo.

Acreditamos que, através do planejamento participativo, os municípios possam alcançar o desenvolvimento, no amplo sentido deste termo, conforme colocado no início deste trabalho. Um desenvolvimento que parta da existência de uma sociedade que tenha autonomia para gerir os seus destinos, ou seja, eleger suas prioridades e os meios para concretizá-las, até mesmo para organizar a atividade turística conforme seus interesses e necessidades. Assim, consideramos que, se a maioria da população não puder participar livremente da gestão dos recursos de seu município, o turismo ou qualquer outra atividade dificilmente conseguirá trazer um desenvolvimento socioespacial.

A organização da participação, entretanto, num país que não tem tradições de política participativa, exige muita flexibilidade e o aproveitamento de todas as oportunidades de mobilização. Além de representar a decisão sobre qualquer projeto que represente a desarticulação do cotidiano nativo, a participação e a criação de novas instâncias de decisão podem proporcionar a criação de uma nova consciência política de exercício de cidadania.

Não podemos deixar de observar que problemas, como é o caso da possível manipulação de grupos políticos e econômicos, podem ocorrer, além da burocracia nas ações, mas esses obstáculos têm que fazer parte do processo de planejamento participativo.

É nessa prática que a articulação entre os vários setores da sociedade poderá descobrir suas necessidades e possibilidades. A construção de uma conscientização, especificamente sobre a instalação de empreendimentos turísticos, deve ultrapassar a questão econômica, transcendendo a perspectiva do lucro e garantindo melhores condições de vida aos habitantes locais, dentro de suas particularidades. A grande importância da participação popular está, com certeza, na possibilidade de inversão de prioridades e no controle da gestão do dinheiro público.

Acreditamos que, através do planejamento, os recursos naturais, culturais e humanos de um lugar podem ser bem conservados, ocasionando múltiplos benefícios à atividade turística e, especialmente, aos moradores, tais como a possibilidade de aumentar seus rendimentos, valorizar suas tradições, diversificar a economia, ter acesso a diferentes produtos do comércio local, dentre outros, o que se reflete em qualidade de vida à população local, uma vez que são estes que devem ser os mais beneficiados com o desenvolvimento do turismo em seu espaço. O envolvimento da comunidade local junto à atividade turística em seu espaço vivido é fundamental, sendo que, quando o turismo é planejado, tal integração é bem mais provável.

O planejamento turístico consiste em criar mecanismos efetivos para garantir a reversão de benefícios advindos da expansão do turismo para as populações receptoras. Somente através do planejamento os objetivos sociais e econômicos do turismo poderão ser alcançados.

Levando em consideração a importância dos estudos de capacidade de carga turística, por permitir a redução dos impactos negativos do turismo, acreditamos que este deve ser um elemento contemplado no planejamento da atividade turística.

Outro elemento que julgamos ser conveniente ao planejamento do turismo é o consórcio intermunicipal, uma vez que este possibilita que os municípios colaborem entre si e organizem a atividade turística com maior eficiência, eficácia e qualidade, favorecendo-se dos benefícios gerados, ao invés de buscarem ações isoladas e que podem estimular a competição entre eles.

Para que a implantação da atividade turística ocorra de forma favorável ao meio ambiente e às comunidades receptoras, em prazo relativamente curto, torna-se necessário que os poderes públicos e a iniciativa privada dediquem urgente atenção a questões de infra-

estrutura, para evitar que se repitam na região os problemas verificados em outras partes, quase todos eles decorrentes de programação pessoal inexistente e, por isso mesmo, de um amadorismo que resulta, quase sempre, como ineficiente em termos de prestação de serviços e rentabilidade.

Sabemos que administrar o turismo como atividade econômica forte, geradora de benefícios, buscando fazer com que ela realmente atenda às necessidades dos turistas, mas, principalmente da comunidade envolvida, não é tarefa fácil, pois esta atividade é repleta de singularidades.

Nesse sentido, apesar dos limites desses primeiros passos, podemos afirmar que os resultados deste trabalho poderão contribuir para outros estudos de atividades voltadas para o turismo. Deixamos claro que cresce a necessidade das Instituições Governamentais, Empresariais e Organizações não Governamentais incluírem em seus projetos políticos e pedagógicos programas que possam garantir a preservação e a conservação desses locais, para que tanto o residente como o visitante conheçam melhor a história e a cultura local e passem a aproveitar esses espaços de forma consciente e prazerosa.

De forma resumida, a conclusão deste trabalho é que o turismo, se bem planejado, serve, antes de tudo, para promover o desenvolvimento do local, numa relação harmônica entre comunidade local, paisagem natural, turistas, poder público local e investidores.

6. REFERÊNCIAS

ABLAS, L. Efeitos do turismo no desenvolvimento regional. **Turismo em Análise**. São Paulo ECA-USP, 1991, v.2, n.1, p.42-52.

AZEVEDO, J. Turismo, Cultura, Patrimônio In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.) **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

BARBOSA, F.F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.10, n.14, p.107-114, Fev/2005. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html>. Acesso em: 28 jun. 2008.

BARRETO, M. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 2000.

BENEVIDES, I.P. **Turismo e Prodetur: dimensões e olhares em pareceria**. Fortaleza: UFC, 1998.

CARVALHO, P.F. Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulista: a construção do lugar. *in* YÁZIGI, E. et. Alii (Orgs.) **Turismo, paisagem e cultura**. São Paulo, Hucitec, 1999.

CCMAD Comissão Mundial sobre meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORIOLANO, L. N. M. T. Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.) **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

CRUZ, R.C.A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CUNHA, L. **Economia e Política do Turismo**. Portugal: McGraw'Hill, 1997.

DIAS, R.; AGUIAR, M.R. **Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DUARTE, P. **O Sambaqui visto através de alguns sambaquis**. São Paulo, Instituto da Pré-História da USP, 1968.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____ **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobre: SESC, 1994.

FORTES, R. **Iguape: Nossa História**. Iguape: Somet, 2000. V.II

FUNARI, P.P.; PINSKY, J. (Orgs.) **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2005.

IGNARRA, L.R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo, SP: Pioneira, 1999.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica. Teoria da Ciência e Prática da Pesquisa**. Vozes. Petrópolis, 1997.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Civilização Brasileira Rio de Janeiro, 1989.

MAGALHÃES, N.W. **Descubra o Lagamar**. São Paulo: Terragraph, 2003.

MAMBERTI, M.M.S. **Planejamento regional do turismo no Vale do Paraíba: estudo de caso na micro-região de Bananal**. Dissertação (Mestrado) - I.G.C.E. – UNESP, Rio Claro, 2006.

PEREIRA, C.A.Jr. (Org.) **Iguape: princesa do litoral, terra do Bom Jesus, bonita por natureza**. São Paulo: Noovha América, 2005. (Série conto, canto e encanto com a minha história).

PETRONI, P. A **Baixada do Ribeira – Estudo de Geografia Humana**. Boletim da Faculdade de FILOSOFIA Ciências e Letras n° 283 Cadeira de Geografia n° 14 São Paulo, USP 1966,

RODRIGUES, A.B. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997

_____. Abordagem geográfica do espaço do turismo In: CORIOLANO, Lúzia Neide Menezes Texeira (Org.) **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

RODRIGUES, L.M. Patrimônio cultural: cidade, cultura e turismo. In: CORIOLANO, Lúzia Neide Menezes Texeira (Org) **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

RUSCHMANN, D.V.M. **Planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente**. Dissertação (doutorado). USP- Escola de Comunicação e Artes, 1994.

_____. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papyrus, 2003.

SEABRA, L. Monitoramento participativo do Turismo Sustentável: uma proposta metodológica preliminar. In: MARINHO, M & BRUHNS, T.H. (Orgs.) **Turismo, Lazer e Cultura**. Barueri, SP: Manole, 2003.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo do estado de São Paulo**. São Paulo: SMA; Campinas: UNICAMP, 1997. 71p. (Documentos Ambientais).

SOUZA, M.J.L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: Rodrigues, A. B.(Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2002.

TORRES, L.A. G. Consórcio Intermunicipal. in Informativo Cepam. **Consórcio: uma forma de cooperação intermunicipal. Estudos, legislação básica e pareceres.** São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. Unidade de Políticas Públicas – UPP, v.1, n.2, p.16-20, 2001.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano.** São Paulo: Contexto, 2001.

WAGNER, P.L.; MIKESELL, M.W. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA & ROSENDHL (Org.) **Introdução a Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo. Um guia para planejamento e gestão.** São Paulo: SENAC, 2001.

ZIMMERMANN, A. **Turismo rural: modelo brasileiro.** Florianópolis. Edição do autor, 1996.